

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

AMANDA BOLONHA JOSÉ

**O IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA VIDA DE
BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES**

VITÓRIA
2016

AMANDA BOLONHA JOSÉ

**O IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA VIDA DE
BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de
Bacharel em Nutrição

Orientador: Prof. Paula Regina Lemos de Almeida
Campos

VITÓRIA
2016

AMANDA BOLONHA JOSÉ

**O IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA VIDA DE
BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof. Paula Regina Lemos de Almeida Campos - Orientador

Nutricionista Especialista Jannayna do Amaral Schiffler Santos, Mesa Brasil

Engenheiro Agrônomo Especialista Rodgers Soares de Barros, INCAPER

Para minha família, meu bem maior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pois sem Ele em minha vida não seria possível a realização desse sonho.

Agradeço à toda a minha família, em especial aos meus pais e irmãos. Obrigada por serem a minha base, obrigada por serem o meu tudo!

Agradeço ao meu irmão Gustavo Bolonha José, por não ter medido esforços para me dar apoio.

Agradeço à minha tia Dilma, que lutou por seus sonhos e foi inspiração para mim.

Agradeço ao meu namorado, que mesmo chegando no final dessa caminhada, sempre me incentivou e me deu apoio em momentos difíceis.

Aos meus amigos e fiadores, Wemerson e Kamilla Moulin, obrigada pela confiança, por terem acreditado em mim e permitido que eu realizasse esse sonho.

À minha orientadora professora Paula Regina Lemos de Almeida Campos e a minha orientadora metodológica professora Lilian Cristiane Moreira, obrigada por toda paciência e empenho que tiveram comigo durante a elaboração desse trabalho. Agradeço também a toda a equipe de professores da faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo e a todos os professores que tive durante a vida, vocês foram essenciais para minha formação.

Aos Colegas e todos os amigos que fiz durante todos esses anos de graduação, principalmente os colegas de sala. Obrigada pelo companheirismo, vocês estarão sempre em meu coração!

Agradeço à toda equipe da Secretária Municipal de Agricultura do Município de Cariacica (SEMAP), que me autorizaram e me receberam de braços abertos para a elaboração desta pesquisa, em especial ao Secretário Antônio Carlos Cesquim Diniz, a Camila, Jacira, Michele e ao Rodgers. Sou muito grata também pela oportunidade de estágio, que contribuiu muito para o meu aprendizado e crescimento de forma pessoal e profissional.

Agradeço à minha amiga Karina Santana e ao casal Márcia e Mikae McRae pelo apoio e ajuda no momento em que mais precisei.

Deixo um agradecimento especial aos agricultores do município de Cariacica por toda atenção e paciência que tiveram comigo durante as entrevistas.

Obrigada a todos, que de maneira direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Ao agricultor familiar em sua jornada diária, muitas vezes árdua, faça chuva, faça sol escaldante ou geada, lá está ele com extrema dedicação produzindo o alimento, que traz o sustento de toda uma comunidade”

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos compra alimentos de agricultores familiares e distribui para pessoas em situação de insegurança alimentar. Entretanto ao realizar uma revisão da literatura, foram encontrados poucos trabalhos referente ao PAA na região da Grande Vitória, sobretudo no município de Cariacica. Dessa forma, justifica-se a elaboração dessa pesquisa a fim de identificar a importância do PAA na vida dos agricultores do Município de Cariacica. O presente estudo apresentou como objetivo, analisar a maneira como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuiu para a promoção de melhorias na vida de beneficiários fornecedores no município de Cariacica, a fim de avaliar de uma forma geral os aspectos socioeconômicos e os aspectos de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. O estudo foi composto por uma amostra de 97 agricultores e como instrumento de coleta de dados, foram aplicados 3 questionários, Questionário da ABEP, questionário EBIA e um Questionário de elaboração própria. Alguns Resultados apresentados nesta pesquisa mostram que o programa incentivou a diversificação da produção de alimentos, trouxe uma renda a mais para os agricultores, o que possibilitou a eles adquirirem alguns bens de consumo, constatou-se também que após a participação dos produtores no programa, ocorreu um aumento no nível de Segurança Alimentar e redução da insegurança alimentar. Com base na análise dos resultados, foi constatado que o PAA realmente promoveu algumas melhorias na vida dos beneficiários fornecedores, no entanto é necessário que ocorra implementação de ações de melhorias.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Agricultura Familiar. Cariacica.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program buys food from family farmers and distributes to people who cannot afford it. However, when performing a literary review there were only a few studies found regarding the PAA in the Greater Vitoria region, especially in the city of Cariacica. Thus, it justified the preparation of this research in order to identify the importance of PAA in the lives of farmers in the region of Cariacica. The present study has an objective to analyze the way the Food Acquisition Program (PAA) contributed to the promotion of improvements in the lives of supplied beneficiaries in the region of Cariacica. In order to assess the general socio-economic and food safety aspects as well as the nutrition farmers. The study consisted of a sample of 97 farmers. There was a data collection tool which applied three questionnaires: ABEP, EBIA and their own elaboration questionnaire. Some results presented in this research show that the program encouraged the diversification of food production and brought more income for farmers. This allowed them to acquire some consumer goods. It was also found that after the participation of producers in this program, there was an increase in food safety level and reduction of food insecurity with people that could not afford it. Based on the analysis of the results, it was found that the PAA actually promoted some improvements in the lives of the beneficiaries supplied to. However it is necessary to implement ongoing actions for improvement.

Keywords: Food Acquisition Program. Family Farming. Cariacica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição de frequência segundo sexo.....	65
Tabela 02 - Distribuição de frequência segundo estado civil	66
Tabela 03 - Distribuição de frequência segundo escolaridade	66
Tabela 04 - Distribuição de frequência segundo o número de filhos.....	67
Tabela 05 - Distribuição de frequência segundo quantidade de pessoas do grupo familiar.....	67
Tabela 06 - Distribuição de frequência segundo classificação econômica.....	68
Tabela 07 - Distribuição de frequência segundo a renda	69
Tabela 08 - Distribuição de frequência segundo participação em outros programas do Governo.....	69
Tabela 09 - Distribuição de frequência segundo aumento de renda	70
Tabela 10 - Distribuição de frequência segundo Bens Conquistados	71
Tabela 11 - Distribuição de frequência segundo: aumento na Renda Familiar e aquisição de bens com a participação no programa	71
Tabela 12 - Distribuição de frequência segundo alimentos produzidos	72
Tabela 13 - Distribuição de frequência segundo influência do PAA no aumento da variedade de alimentos produzidos.....	74
Tabela 14 - Distribuição de frequência segundo Participação em Cursos voltados para a área da agricultura	75
Tabela 15 - Distribuição de frequência segundo aplicação do questionário EBIA referente ao período anterior a participação no PAA	75
Tabela 16- Distribuição de frequência segundo aplicação do questionário EBIA referente ao período posterior a participação no PAA.....	76
Tabela 17 - Distribuição de frequência segundo mudança de hábitos alimentares	76

Tabela 18 - Distribuição de frequência segundo a utilização da renda do PAA para comprar alimentos.....	77
Tabela 19 - Distribuição de frequência segundo: Houve mudanças nos seus hábitos alimentares após a participação no PAA e utiliza a renda do PAA para comprar alimentos.....	77
Tabela 20 - Distribuição de frequência segundo o uso de defensivo agrícola	78
Tabela 21 - Distribuição de frequência segundo o tipo de defensivo agrícola utilizado	78
Tabela 22 - Distribuição de frequência segundo a orientação do uso do defensivo agrícola	79
Tabela 23 - Distribuição de frequência segundo problema de saúde apresentado pelo agricultor.....	80
Tabela 24 - Distribuição de frequência segundo o conhecimento da importância da alimentação para a saúde	80

LISTA DE SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de empresas de Pesquisas

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EFVM - Estrada de Ferro Vitória-Minas

FAO - Food and Agriculture Organization

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica E Extensão

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAM - Programa Alimentar Mundial

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEMAP - Secretária Municipal de Agricultura e Pesca

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 POLÍTICAS SOCIAIS	25
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	26
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR	35
2.4 POBREZA E FOME	38
2.5 PROGRAMA FOME ZERO	42
2.6 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	46
2.6.1 Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cariacica.....	51
2.7 BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA.....	53
2.8 MUNICÍPIO DE CARIACICA	55
2.8.1 História do Município	55
2.8.2 Aspectos Econômicos	56
2.8.3 Aspectos Demográficos	56
2.8.4 Aspectos Sociais.....	56
2.8.5 Feira Agroecológica da agricultura familiar do município de Cariacica ...	58
2.8.5.1 Instituição da Feira Agroecológica	58
2.8.5.2 Importância da Feira Agroecológica	58
3 METODOLOGIA	61
3.1 TIPO DE PESQUISA	61
3.2 LOCAL ONDE A PESQUISA FOI REALIZADA.....	61
3.3 AMOSTRA POPULACIONAL.....	61
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	62
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	63
3.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA	63
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE.....	89
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido	89
APÊNDICE B – Questionário de avaliação dos aspectos sociais, econômicos e de Segurança Alimentar do beneficiário fornecedor do PAA	91
ANEXOS	95
ANEXO A – Aprovação pelo CEP	95
ANEXO B – Questionário da Escala EBIA	97
ANEXO C – Questionário da ABEP	99

1 INTRODUÇÃO

Definido como um instrumento de política pública, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi instituído no ano de 2003 por meio da Lei Federal nº 10.696. O Programa ocorre da seguinte forma: O Governo federal compra alimentos de agricultores familiares, por meio da isenção de licitação e esses produtos são adquiridos a custo de mercado. Os alimentos adquiridos possuem as seguintes finalidades: podem ser doados para entidades sociais, educacionais, asilos e para indivíduos que estejam em situação de insegurança alimentar; podem ser utilizados para constituição de estoques públicos ou para compor cestas básicas que são destinadas a indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2013a).

O Programa de Aquisição de Alimento foi idealizado no âmbito de políticas direcionadas para a organização do Programa Fome Zero (PFZ), com o intuito de instituir estratégias no segmento de políticas agrícolas e de políticas de Segurança Alimentar, a fim de intensificar a agricultura familiar por meio de ações que englobem a distribuição de alimentos provenientes da agropecuária para indivíduos pertencentes a grupos afetados pela insegurança alimentar e com a finalidade de contribuir para o fortalecimento do comércio local e para a constituição de estoques de alimentos (MATTEI, 2007).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, deu-se início ao emprego da expressão “Segurança Alimentar”. Durante o período da guerra, houveram diversos momentos difíceis, inclusive em relação à alimentação, dessa forma houve a preocupação de que pudesse ocorrer a sobreposição de uma nação sobre outra por meio da gerência de abastecimento de alimentos. Com isso a alimentação poderia se tornar uma arma potencial, em especial se fosse utilizada de forma coercitiva por um país mais forte, contra outro que não fosse alto suficiente na produção de alimentos. Dessa forma, foi constatado que para que a segurança das nações fosse mantida, seria necessário o planejamento de estoques de alimentos e isso contribuiu para afirmar a tese que mostra que um país pode ser considerado soberano quando consegue manter a sua produção de alimentos (MALUF; MENEZES, 2007).

Dentre todas as proporções da insegurança alimentar e nutricional, a fome é consideravelmente a mais crucial. No entanto, a insegurança alimentar e nutricional pode ser detectada em diversos estágios, que compreendem áreas como a

psicológica e a física e isso pode trazer sérios prejuízos para a saúde do indivíduo. A área psicológica está relacionada com o fato de um membro ou uma família inteira ficarem aflitos, com medo que o alimento de sua casa acabe antes de terem condições de adquirirem mais (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2010).

De acordo com dados da *Food and Agriculture Organization* (FAO), em níveis mundiais, cerca de 800 milhões de pessoas passam fome e esses índices estão concentrados em países mais pobres, como os países da África, alguns países da América Latina e da Ásia. Pode-se destacar o aumento no número de indivíduos que são severamente afetados pela miséria e isso acontece inclusive em países desenvolvidos. Ao falar do tema insegurança alimentar, considera-se que a desnutrição e a fome são as suas ocorrências mais terríveis, no entanto, mesmo sabendo que ela é ocasionada devido à dificuldade dos indivíduos em obterem alimentos, existem outros fatores que podem ser destacados para a sua ocorrência e com isso é imprescindível apontar esses fatores para que sejam instituídas condições alimentares adequadas, tanto na esfera nacional quanto na esfera local (MALUF; MENEZES, 2007).

Devido a relevância do PAA como política social, ele é alvo constante de várias pesquisas, no entanto, ao ser realizada uma revisão da literatura, foram encontrados poucos trabalhos referente ao PAA na região da Grande Vitória, sobretudo no município de Cariacica. Dessa forma é justificado o mérito da elaboração dessa pesquisa a fim de identificar a importância do PAA na vida dos agricultores locais.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo que tem como objetivo geral analisar a maneira como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui para a promoção de melhorias na vida de beneficiários fornecedores no município de Cariacica. Os objetivos específicos desse trabalho foram: avaliar os aspectos de Segurança Alimentar e Nutricional e o consumo alimentar a fim de perceber se a participação no programa incentivou de alguma forma para mudanças de hábitos alimentares; identificar o número de produtores que produzem alimentos orgânicos; avaliar os aspectos socioeconômicos a fim de identificar se o programa contribuiu para que ocorresse uma modificação da classe social em que o agricultor se encontrava e qual era a renda do produtor anterior e posterior a participação no programa; identificar o número de membros da família e quantos que auxiliam na produção de alimentos;

identificar uma possível relação entre o PAA e outros eventuais programas socioassistenciais que os produtores e sua família participam.

Essa pesquisa será dividida em cinco blocos: no primeiro bloco será feito a apresentação do trabalho por meio da introdução, no segundo bloco será realizado uma revisão da bibliografia, no terceiro bloco será descrito toda a metodologia que foi empregada na execução dessa pesquisa, no quarto bloco será apresentado o resultado e discussão do trabalho e no quinto bloco as considerações finais.

Para a elaboração desta pesquisa foi realizado uma revisão das bibliografias relacionadas com políticas sociais, segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, pobreza e fome, Programa Fome Zero, Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiários fornecedores do PAA, Município de Cariacica e sobre a Feira Agroecológica da Agricultura Familiar no município de Cariacica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS

Para que ocorra a compreensão das estratégias de instituição de programas sociais no Brasil, é essencial que seja assimilado quais são as particularidades existentes no país e que sejam reputados os preceitos que aqui imperam e determinam as ações do Governo. Como no Brasil, os municípios e os estados são considerados entes federativos, eles possuem não só independência de forma política, como também de forma administrativa. Dessa maneira, para que ocorra o estabelecimento de políticas a nível nacional, é necessário que haja a competência por parte da união, dos instrumentos institucionais que são geridos pela união e que apresentam um papel fundamental para impulsionar os níveis subnacionais a cumprirem suas principais estratégias de políticas (BICHIR, 2012).

A construção de políticas sociais surgiu como resultado das ações de uma esfera social totalmente participativa, que era composta pelo Governo e organizações sociais. Foi nesse contexto que em 1988 foi conquistado o estatuto institucional por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e em 2006 pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Com a instituição desses sistemas, os modelos de atenção à saúde e à alimentação passaram a ser revistos e modificados a fim de promover melhorias em seus padrões de atendimento. O SUS apresenta como objetivo integrar estratégias de proteção e recuperação e manter a relação entre os aspectos biopsicossociais do processo representado nos fatores saúde-doença. Já o SISAN apresenta como característica incentivar a produção, o abastecimento, a comercialização e o consumo de alimentos, sem deixar de levar em consideração a real relação existente entre eles (BURLANDY, 2009).

Sempre foi constante a participação do Brasil em debates de nível internacional relacionados à criação de propostas com o intuito de erradicar a fome e a miséria. A participação nestes debates influenciou para que o Governo brasileiro adotasse medidas para solucionar alguns problemas sociais que ocorriam no país. O auxílio à alimentação de pessoas mais carentes começou a fazer parte do âmbito das políticas públicas brasileiras no final da década 30, durante o Governo do presidente Getúlio Vargas, sendo aliada como integrante das medidas e planos de poder do “Estado

Novo”. Foi nesta mesma época que as obras do pesquisador Josué de Castro mostravam as dimensões dos impactos que a fome causava na esfera social em todo o país, sobretudo no Nordeste (BRASIL, 2014a).

Nas décadas de 50 e 60, o Governo era visto como figura central nas ações de transformação estruturais. Por volta da década de 70, o Governo passou a ser visto como problema. Esta mudança ocorreu devido à insuficiência do Governo em cumprir com as transformações que foram propostas nas décadas anteriores e, dessa forma, a capacidade do Governo colocar seus projetos em prática, foi posta em dúvida (MÜLLER, A; 2007).

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O emprego do termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) começou a ser utilizado por volta do século XX na Europa e apresentou relação com a preocupação em garantir o provimento de alimentos em momentos em que as pessoas estão passando por situações críticas, que era o quadro em que a Europa se encontrava devido à crise de falta de alimentos que enfrentava. No Brasil, mesmo que a situação em relação a condição de alimentação não fosse tão satisfatória e que já apresentava consideráveis números de desnutrição, o uso do termo Segurança Alimentar e Nutricional só começou a ser empregado por volta dos anos 80 (BELIK, 2012).

Castro, Hirai e Anjos, citados em uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (2014), relatam sobre a 1ª conferência que foi convocada pelas Nações Unidas com o intuito de discutir propostas para resolução dos problemas ocasionados pelo período da guerra, em especial a fome. Esse evento foi a conferência de Alimentação de Hot Springs realizada nos Estados Unidos em 1943. Apesar de não ter ocorrido a aprovação dos projetos que asseguravam a implementação de um sistema de cotas e de auxílio alimentar que contribuísse para a produção de alimentos de maneira expressiva, essa conferência contribuiu para a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – *Food and Agriculture Organization* (FAO) –, que de fato ocorreu em 16 de outubro de 1945 e o Brasil possui participação de forma efetiva desde então. A FAO é compreendida como um instrumento imprescindível no âmbito de definições de propostas e estratégias para o combate mundial a fome (BRASIL, 2014a).

Como o problema mundial da fome ainda persistia, no ano de 1974, em Roma, foi realizada a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, com o intuito de criar medidas para solucionar a fome, que é um obstáculo mundial. Os problemas apontados possuíam relação com a escassez de estoques de alimentos e a redução de safras em países produtores, consequentemente os debates sobre esse tema contribuíram para o surgimento da ideia de que seria importante que os países, em especial os que estão em desenvolvimento, passassem por processos de modernização do setor agrícola, aliado ao uso de fertilizantes e agrotóxicos, achava-se que essas ideias fossem colocadas em práticas, ocorreria um aumento na produção de alimentos e isso seria a solução para acabar mundialmente com o problema da fome e da desnutrição (MALUF; MENEZES, 2007).

Apesar da produção mundial de alimentos ter conseguido aumentar os seus níveis de forma significativa entre as décadas de 70 e 80, isso não foi a solução para erradicar com a fome e a desnutrição, que ainda assim atingiam números avassaladores de pessoas no mundo inteiro; isso ocasionou um grande contraste, de um lado a superprodução de alimentos e do outro, pessoas sem ter o que comer. A modernização da agricultura acabou causando a redução da diversidade de alimentos que antes eram produzidos, contribuindo para o desemprego de vários agricultores familiares, que saíam de suas terras em busca de emprego nas zonas urbanas e isso refletia em sérios problemas no âmbito social (BRASIL, 2014a).

Como tema nas pautas do plano de Governo no Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional só ganhou destaque em tempos recentes (por volta dos anos 80), e nessa época imperava a ideia de que dificilmente um país com a expansão territorial do Brasil e que enfrentava crises na economia conseguiria garantir a demanda de alimentos para a população. Dessa forma, em 1985 é lançada a Política Nacional de Segurança Alimentar (BELIK, 2012).

Se for empregado a perspectiva da ‘vulnerabilidade à fome’ ou a da ‘exposição à insegurança alimentar e nutricional’, de acordo com os indicadores indiretos (índice de faixa etária, renda e grupos étnicos) poderá ser realizada uma maior inclusão de indivíduos que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, quando comparado com os indicadores diretos, que se relacionam com estado nutricional da pessoa. A identificação da vulnerabilidade à fome pode ser feita através do conhecimento da renda que a família possui, afirmando assim a tese da relação

existente entre a fome e a pobreza. As medidas que visam combater a fome e instituir ações para a estruturação da SAN para aquelas pessoas que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social, não são suficientes para a solução definitiva dessa problemática. Pois a SAN deve ter o enfoque de suas ações ampliada para toda a sociedade e não apenas o direcionamento exclusivo para os grupos de rendas insuficientes (MALUF, 2006).

Burlandy (2009), com base no estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que no Brasil, a primeira menção a expressão “segurança alimentar” direcionada para as políticas governamentais, ocorreu por volta de meados da década de 80, esse fato se deu quando o Ministério da Agricultura, em 1985, instituiu a proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar”. A diferença que ocorreu em relação aos debates mundiais promovidos nos anos 70 é que essa política apresentava um direcionamento a fim de garantir a autossuficiência produtiva nacional, focando em alcançar as necessidades alimentares. Após essa época cogitou-se a instauração de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que seria dirigido pelo Presidente da República e seria formado por ministros de Estado e alguns representantes de sindicatos, no entanto, isso teve uma baixa repercussão na época.

No Brasil, para que haja uma avaliação mais completa das estratégias direcionadas ao combate à fome e ao desenvolvimento de ações da SAN, é imprescindível que seja constituída uma agenda pública de SAN, que contasse com a participação do Estado e da sociedade civil. Com isso, seria possível promover uma melhor leitura das estratégias e dos programas do Governo e seria realizado um maior levantamento das necessidades da sociedade (MALUF, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é promovida quando as pessoas conseguem ter acesso, de forma infindável, à uma alimentação saudável, que tenha qualidade e que seja em quantidade suficiente. A execução da SAN é fundamentada em práticas alimentares que contribuem para a saúde do indivíduo e que não prejudiquem a realização de outras necessidades relevantes (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

Em relação aos aspectos de segurança alimentar, é essencial que ocorra o debate acerca do índice elevado do uso de agrotóxicos, que são usados para assegurar uma maior produção e se configura como uma prática totalmente nociva para a saúde. Esse elevado índice de uso de substâncias tóxicas nas últimas décadas é resultado

das buscas constantes das multinacionais do ramo por uma demanda maior de sua produção e pela diminuição de seus gastos. Apesar de diversas empresas utilizarem tecnologias de larga escala, a produção de alimentos saudáveis também pode ser conquistada por meio de produção em escalas menores, de maneira que o cultivo é realizado de forma artesanal por meio de técnicas mais sucintas, dessa forma, diferentemente das grandes empresas, a produção aconteceria em menor escala (MÜLLER, M; 2014).

De acordo com Peliano citado por Burlandy (2009) por volta da década de noventa, depois que houve um grande esvaziamento técnico e político dos centros de política social, houve uma convergência nos processos que ocorreram no âmbito da sociedade e do Governo, que promoveram a dinamização das iniciativas federais. No ano de 1993, o Governo instituiu como uma de suas prioridades o combate à fome, dentro de um amplo contexto onde ocorria uma imensa mobilização social, como o MEP (Movimento pela Ética na Política) que deu base para a fundamentação da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida.

Na concretização de políticas públicas a Segurança Alimentar e Nutricional possui um papel de alta relevância, pois essas políticas são moldadas de acordo com o grau de Segurança alimentar e Nutricional que a população no país apresenta, dessa maneira se esse grau não estiver sendo apresentado de forma satisfatória será essencial a implantação de medidas voltadas para proporcionar uma maior qualidade de vida a população (OLIVEIRA et al., 2008).

A Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1992, trouxe um novo conceito a respeito da SAN e contribuições para que estratégias e planos de ações fossem traçados para o combate à fome a nível mundial. Na pauta dos debates que ocorreram nessa conferência, foram destacadas metas de atuações no cenário internacional para resolver os problemas emergenciais de saúde no combate à desnutrição e para estipular meios de prevenção na área de saneamento e da saúde pública. Foi levantado também questões relacionadas com a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos que as pessoas consomem, gerando assim uma maior preocupação com a produção agrícola desses alimentos (BELIK, 2012).

Em Roma, no ano de 1996, ocorreu a Conferência da Cúpula Mundial de Alimentação. E como resultado, essa Conferência criou estratégias para diminuir a quantidade de

peças que se encontravam em estado de desnutrição. A partir da Conferência da Cúpula Mundial de Alimentação a FAO que sempre buscou meios para combater a desnutrição, também começou a focar em aspectos relacionados com a qualidade dos alimentos e o consumo alimentar dos indivíduos (BELIK, 2012).

É cada vez mais crescente a quantidade de pesquisas relacionadas com as políticas públicas da Segurança Alimentar e Nutricional, e elas são voltadas tanto para o âmbito local quanto o nacional e remetem todos os segmentos da SAN, que englobam fatores que vão desde toda a produção, distribuição até chegar ao consumo dos alimentos (OLIVEIRA et al., 2008).

Após a realização da Cúpula Mundial da Alimentação, foi determinado que o emprego da Segurança Alimentar deveria contemplar três segmentos: as nações, o domicílio e os indivíduos. Entretanto, subentende-se que a Segurança Alimentar apresenta quatro âmbitos de atuação direcionados às ações e estratégias públicas, que seria: disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização dos alimentos. Deve ser levado em consideração que existe uma relação entre a miséria e subnutrição e que o Governo deveria ter uma maior responsabilidade para que o Direito Humano à Alimentação possa ser promovido (BELIK, 2012).

No mesmo período em que ocorreu a Cúpula Mundial da Alimentação, já ocorriam testes e propagação de práticas distintas no Brasil e em outros países do mundo. Isso favoreceu para que nas décadas seguintes, ocorresse no Brasil a determinação e instauração de programas sociais. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se duas: uma delas foi a inserção de programas municipais voltados para a transferência de renda para combater a pobreza que ocorreu entre os anos de 1993 a 1996 em Campinas, a segunda ação foi o programa integrado de produção e consumo de alimentos, que ocorreu em Belo Horizonte também entre os anos de 1993 a 1996 (BELIK, 2012).

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é compreendido como um direito social, para que ocorra a sua efetivação não basta apenas que ele esteja incluindo na constituição ou em planos de ações, é necessário que ocorra uma mútua cooperação entre a população e o Estado, para que seja assegurada a sua implantação. Ao abordar o Direito Humano à Alimentação, é necessário que seja levado em consideração as particularidades de cada indivíduo, a fim de garantir uma alimentação

saudável e manter os aspectos qualitativos e quantitativos, para procurar suprir as demandas alimentares de forma individual (MÜLLER, M; 2014).

O direito à alimentação em sua esfera mundial, apresenta ações de diversas organizações internacionais que auxiliam a promoção do controle das políticas agroalimentares de maneira organizada e sustentável. No entanto, é primordial que ocorra um considerável desempenho da Organização das Nações Unidas (ONU). A FAO e o Programa Alimentar Mundial (PAM), que possuem a mesma origem, se empenham para que haja o cumprimento do direito à alimentação. Apesar de a FAO ter um nível de reconhecimento maior do que o PAM, é papel do PAM proporcionar o auxílio humanitário em situações de maior necessidade, como no caso de conflitos, guerras, desastres e catástrofes naturais, dessa forma entre os órgãos que integram a ONU, a PAM é considerada um dos que apresentam um maior grau de competência (MÜLLER, M; 2014).

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional durante a década anterior, foi conquistando mais espaço no nosso país através da intensificação de marcos legais; da constituição de uma esfera institucional que proporcionou a colaboração e sistematização entre os ministérios e outros distintos segmentos do Governo, que possuem suas atribuições já estabelecidas; de investimentos direcionados para o âmbito da agricultura familiar e da considerável ligação da sociedade civil no processo político (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2014).

A promoção de uma alimentação saudável faz parte das ações que integram o direito à alimentação. No entanto, tem ocorrido um aumento no número de pessoas que ficam doentes ou morrem devido à fatores relacionados com a alimentação inadequada, isso é associado a falta de algum alimento ou com a ausência da alimentação em sua totalidade, pois a alimentação apresenta um papel fundamental para a promoção da vida (MÜLLER, M; 2014).

É bem improvável que ocorra a fundamentação de mecanismos de organização por meio da planificação social estatal, sobretudo devido aos crescentes processos de diferenciação funcional que ocorrem em diversos países. Ao longo do tempo, as áreas como ciência, economia, leis e a política criaram suas próprias estratégias de forma bem fechada e direcionadas para os seus próprios sistemas, fator que impulsiona a setorialização da política e promove a independência dos subsistemas, dificultando a

instituição de um centro coordenador, que é designado como função do Estado (BURLANDY, 2009).

Por volta do século XX, já ocorriam ações voltadas para a área da alimentação, entretanto nessa época não existiam ações direcionadas para a implementação de políticas que apresentassem uma abrangência de forma nacional e que dispusesse de uma maior intersectorialidade entre instituições e Governos, de modo a causar um impacto de maneira mais singular, isso só foi ocorrer na década de 50, quando surgiu o primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. O primeiro plano Nacional de Alimentação e Nutrição surgiu por meio da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que o elaborou com base em seus dados e pesquisas sobre hábitos alimentares e com dados sobre a identificação do estado nutricional da população (BURLANDY, 2009).

A temática segurança alimentar e nutricional foi ganhando cada vez mais destaque no cenário brasileiro, tornou-se mais atuante em debates pelo país e como foi regida pelas bases do Direito Humano à Alimentação, houve a necessidade de determinar o tipo de fome que ocorre no país, bem como os fatores que a originam, também foi necessário realizar uma associação de todos os programas de políticas públicas que estavam em execução a fim de realizar um estudo para implantar melhorias, se fosse o caso, ou instituir novas estratégias para que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional tivesse todo o suporte para ser executada com êxito (BRASIL, 2010).

Para que a Segurança Alimentar da população brasileira seja mantida é necessário que ocorram modificações nas estratégias para o aperfeiçoamento da economia, que acaba originando a exclusão social que precede a fome, a miséria, o desemprego, a concentração de renda e de terra. Para a fundamentação de uma nova proposta do desenvolvimento econômico é primordial que ocorram ações que promovam a redução dos custos com alimentação e que sejam articulados meios de assistência para ajudar aquela população que se encontra vivendo em situação de miséria (BRASIL, 2010).

Ao se referir a SAN como uma política pública, não é propício que ela seja relacionada somente ao âmbito nutricional e também à aquisição de alimentos. Nas mesas de discussões e debates brasileiros, a temática é intitulada a questões nutricionais, visando atender as diferentes perspectivas da SAN, que deve ser explorada de uma maneira mais ampla, por que ela não deve ter envolvimento exclusivo em ações para

o âmbito da vulnerabilidade. É primordial que sejam levados em consideração também aspectos relacionados com os processos de produção dos alimentos e que o indivíduo esteja ciente sobre o que de fato ele consome, já que as complicações ocasionadas pela falta da segurança alimentar não atingem somente as pessoas de menor poder aquisitivo. Todas as pessoas, independentemente do meio social em que vivem, da sua classe, do seu grau de instrução ou de sua condição financeira, estão sujeitos a sofrerem com problemas provenientes da falta de segurança alimentar (DEVES; FILIPPI, 2008).

Essa ideia pode ser mantida devido aos impactos promovidos pela obesidade e pelo autoconsumo. A obesidade está relacionada a fatores ligados à qualidade nutricional dos alimentos e o autoconsumo possui ligação com os aspectos produtivos e com os aspectos voltados para o consumo do alimento. Dessa maneira, as atividades exercidas pelos agricultores são de extrema relevância para a estruturação das ações da SAN (DEVES; FILIPPI, 2008).

O grande sofrimento vivenciado por boa parte da população possui fortes ligações com a temática alimentação e nutrição, e pode ser ocasionado por meio da carência de alimentos, pela qualidade desfavorável da alimentação que o indivíduo apresenta, ou também devido a situação de saúde ou as condições de vida que podem interferir no consumo ideal dos alimentos. A fome e a desnutrição são, sem dúvida, os fatores mais pertinentes no âmbito da insegurança alimentar e por isso é fundamental que sejam articuladas estratégias para extinguir esses problemas (MALUF, 2006).

Burlandy (2009) com base em diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), relata que em 1994, por meio das estratégias do CONSEA e do movimento da Ação da Cidadania, foi realizado em Brasília a primeira Conferência Nacional de SAN. Essa conferência foi considerada uma estrutura do Governo que lançava a mão de vários princípios, políticas, medidas e instrumentos que promovia a garantia de forma definitiva para que todos os cidadãos brasileiros tivessem acesso à alimentação com preço justo e de forma quantitativa e qualitativa necessário a fim de suprir as necessidades nutricionais para a promoção de uma vida mais digna e saudável.

A inclusão da pesquisa complementar da PNAD-2004, realizada pelo IBGE/2006, como um instrumento de análise de um indicativo de SAN a nível nacional contribuiu para a promoção de modificações das estatísticas brasileiras. Foi empregada a Escala

Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, que mensura de forma quantitativa e qualitativa o acesso dos grupos familiares às refeições e contribui para a garantia de permanência desse acesso. Por meio da pesquisa foi possível identificar que 65,2% dos domicílios apresentaram segurança alimentar (33,7 milhões de domicílios com 109,2 milhões de pessoas) e que cerca de 34,8% dos domicílios (18 milhões de domicílios com 72,2 milhões de pessoas) apresentavam situação de insegurança alimentar, sendo que em 16% desses domicílios o grau de insegurança alimentar foi classificado como leve (8,3 milhões), em 12,3% como moderado (6,4 milhões) e em 6,5% como grave (3,4 milhões) (MALUF, 2006).

Essa pesquisa serve para confirmar a ideia da relação existente entre a pobreza e níveis mais severos da insegurança alimentar. De acordo com os dados disponibilizados pela pesquisa, a segurança alimentar foi identificada somente em 17,5% das residências, que possuem até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo como renda per capita de forma mensal, já a insegurança alimentar está presente em 61,2% das famílias, em nível moderado ou grave. Essa prevalência nos índices da insegurança alimentar, ocorreu de forma mais drástica nas residências localizadas em áreas rurais, atingindo cerca de 26,0% das residências, nas regiões urbanas esse índice foi de 17,4%. Quando é realizado uma comparação entre todas as regiões do país, é possível identificar que a insegurança alimentar apresenta valores mais elevados nas regiões Nordeste e Norte do país, onde a forma de insegurança alimentar classificada como grave é maior do que os apresentados na região sul. Os resultados da pesquisa apontam que em domicílios onde existem crianças e pessoas com menos de 18 anos, também é maior a prevalência da insegurança alimentar classificada como moderada ou grave, isso também era maior em situações onde o indivíduo responsável pela residência era do sexo feminino, esse índice também era maior entre indivíduos de cor preta ou parda, quando comparados aos de cor branca (MALUF, 2006).

Com o passar do tempo ficou cada vez mais notável a ocorrência do aumento da população urbana e a redução da população rural, essa mudança pode interferir na produção de alimentos de forma local. No entanto, esse fato não interfere na segurança alimentar, pois a SAN visa garantir que todos tenham possibilidade de acesso à alimentação e para isso não é necessário que exista limitação de localidade (DEVES, 2009).

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar apresenta um impacto de maneira expressiva para geração de empregos e é uma fonte considerável para produção de alimentos, no entanto isso ocorre com mais frequência para o consumo próprio e com isso a agricultura familiar apresenta uma maior relação com a área social do que com a econômica, isso acaba explicando o motivo do seu menor nível de produção e de investimentos em equipamentos tecnológicos (GUILHOTO et al., 2005).

Guilhoto e outros (2005), ao elaborar uma pesquisa sobre a importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados, destaca que a agricultura familiar brasileira é responsável por um índice considerável da produção agropecuária e também pelo produto proveniente do agronegócio no país, isso é ocasionado pelo fato da agricultura familiar possuir forte ligação com o setor da economia. A pesquisa analisou dados entre os anos de 1995 e 2005 e com isso foi constatado que a agricultura familiar representa cerca de 10% do PIB da economia do país e esse valor é consideravelmente significativo, pois de uma forma geral o agronegócio representa em torno de 30% do PIB da economia do país.

Na década de 90, houve mudança das políticas brasileiras voltadas para o setor rural, em especial as direcionadas para a agricultura de menor escala. Durante os debates que levaram a essas modificações, duas questões se destacaram, uma delas foi a Segurança Alimentar e Nutricional, que começou a ter espaço no final dos anos 80 e foi ganhando destaque no começo dos anos 90, esse destaque ocorreu graças a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que impulsionou o Governo e a sociedade a articularem estratégias para o combate à miséria e a fome no país. Em 2003 com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o tema fome e miséria, se destacou ainda mais com a criação do Programa Fome Zero. A outra questão é relacionada com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, que contribuiu para promover uma maior valorização da agricultura familiar, que possui forte relevância com os setores econômicos e sociais do país (HESPANHOL, 2013).

De acordo com Guilhoto e outros (2005), os produtos como hortaliças e frutas apresentam uma menor demanda desde o processamento até o seu consumo, dessa maneira esses produtos são considerados imprescindíveis para a agricultura familiar.

Em contrapartida, no ramo de produtos industrializados, o algodão, a soja e a cana-de-açúcar se constituem como matérias primas preponderantes para esse ramo. Dessa maneira, o agronegócio é o ramo que possui uma maior relação do PIB com a indústria de processamento, sendo de cerca de 35%, já na agricultura familiar esse percentual é de 24%. Essa diferença de percentual ocorre por que a agricultura familiar sofre um maior impacto com a produção rural e a distribuição de produtos.

Relatando sobre o censo agropecuário de 2006, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2009, p. 26) afirma que:

O Caderno da Agricultura Familiar destaca a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuía 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, e produzia 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

O tipo de sistema de produtivo é responsável por promover as características de cada produção. De acordo com o perfil adotado pelo agricultor familiar, com o tipo de produto que é produzido e com as proporções da área de produção, é necessário que haja o desenvolvimento de técnicas específicas para as plantações e criações. Em casos onde as propriedades apresentam uma menor área territorial, é fundamental que ocorra uma maior mão de obra, já as propriedades que apresentem uma maior área territorial necessitam de um processo de mecanização. Existem dois fatores que acabam exercendo influência sobre a distribuição de terra no país, o primeiro é a existência de diversas variações de características físicas, como tipo de solo, clima e relevo e o segundo está relacionado com o tipo e período da colonização (GUILHOTO et al., 2005).

A agricultura familiar tem sido fortemente afetada por diversos fatores como: a redução do número de indivíduos residentes no campo, as instabilidades do tempo, a luta da busca de melhores preços de seus produtos, pela escassez de políticas eficientes ou devido à redução do capital investido, que está ocorrendo desde a declinação dos sistemas de monocultivos, acarretado pelo período da revolução verde, que contribuiu para o emprego de meios tecnológicos e acabou ocasionando uma relação de dependência dos agricultores. Nessa época a utilização do termo desenvolvimento apresentava a finalidade de caracterizar o aumento da economia e

como o país se encontrava em um nível atrasado, era essencial que ocorresse um progresso (DEVES; FILIPPI, 2008).

Como forma de garantir a sua sobrevivência, os agricultores têm buscado distintas estratégias, seja por meio de mudança no estilo de sua produção, aumento das suas técnicas, ou por investimentos em mão de obra, na produção de vários alimentos, de leite ou suínos. Eles também buscam instituir ações que proporcionem acréscimo de valor aos produtos que antes eram oferecidos in natura (DEVES; FILIPPI, 2008).

Os agricultores possuem o direito de requerer e promover o incentivo e interação das políticas públicas. As organizações constataram que o avanço ocorrido na produção, provenientes do acesso ao crédito, não eram consideradas suficientes e com isso houve a imprescindibilidade do Governo instituir ações para aprimorar a infraestrutura, o tipo de acesso ao comércio, a entrada no mercado e voltar a atenção para os gêneros, etnia e para a produção agroecológica (MÜLLER, A, 2007).

As políticas públicas apresentam como finalidade, analisar e promover mediação nas ações que são executadas, a fim de verificar se os recursos que foram disponibilizados estão sendo utilizados da melhor maneira para contribuir na promoção de suporte e na reprodução da agricultura familiar. Dessa forma surgem diversas ações para reduzir os problemas ocasionados pela diminuição da renda líquida e do capital investido pelos produtores, independente do apoio do Governo, cooperativas e organizações que apresentam a finalidade de comercializar os produtos dos agricultores (DEVES; FILIPPI, 2008).

A crise da agricultura moderna que ocorre desde os anos 80, trouxe drásticas repercussões, sobretudo no âmbito da produção de agricultores caracterizados como familiares. Algumas organizações ficam a espera para poderem efetuar a comercialização dos produtos originados pela agricultura familiar. Diversas propriedades acabaram desaparecendo, em algumas houve mudanças no tipo de atividade que exerciam, particularmente na elevação dos custos dos produtos e no comércio de hortigranjeiros, com isso os mercados e as feiras da região se tornaram seu ponto de comercialização (DEVES; FILIPPI, 2008).

Uma das mais notáveis dificuldades enfrentadas pela política de produção que apresenta ligação com os aspectos da segurança alimentar, está relacionada com a busca para a promoção de uma renda mais favorável aos agricultores, a

indispensabilidade em produzir alimentos que tenham qualidade e garantir que esses produtores possam ter preços justos e compatíveis com as condições das famílias mais carentes (MALUF, 2006).

De maneira gradativa, tem aumentado as discussões em torno de questões envolvendo os fatores ambientais. Dessa forma, várias organizações estão identificando a relevância da agricultura família, pois sustenta sua produção por meio da utilização racional de seus recursos e contribui para a produção de alimentos com alta qualidade e que satisfaçam tanto as necessidades da sociedade quanto as demandas do meio ambiente, contribuindo de forma equilibrada para a promoção dos interesses das duas esferas (DEVES; FILIPPI, 2008).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2009, p. 25) fala sobre o censo agropecuário de 2006, que foi realizado pelo IBGE e explica que:

Neste novo Censo, foram identificados 59,8 milhões de hectares com lavouras, dos quais 44,0 milhões eram lavouras temporárias; 158,7 milhões com pastagens, dos quais 101,4 milhões com pastagens plantadas; e 90,3 milhões com matas e/ou florestas, dos quais 85,8 milhões com matas naturais. O Censo 95/96 mostrou 41,8 milhões de hectares com lavouras, dos quais 34,2 milhões eram lavouras temporárias; 177,7 milhões com pastagens, dos quais 99,6 milhões com pastagens plantadas e 94,3 milhões com matas, dos quais 88,9 milhões com matas naturais. O Censo 1985 mostrou uma área total de 52,1 milhões com lavouras, dos quais 42,2 milhões temporárias; 179,2 milhões com pastagens, dos quais 74,1 milhões com pastagens plantadas e 89,0 milhões com matas, dos quais 83,0 milhões com matas naturais. Ou seja, é possível observar uma tendência de crescimento das áreas com lavouras, especialmente das temporárias, das pastagens plantadas e das matas naturais.

Existem uma série de fatores que podem exercer uma grande influência sobre a saúde dos produtores, esses fatores estão ligados fortemente não somente a dimensão social, compreendendo as áreas tecnológicas, financeiras, as estratégias produtivas e de consumo, como também aos aspectos químicos, físicos, biológicos e mecânicos. Tais fatores são constantes no meio de trabalho desses indivíduos (DIAS, 2006).

2.4 POBREZA E FOMECA

Apesar do professor Josué de Castro já abordar a temática da fome no Brasil através do seu trabalho Geografia da Fome, onde a fome era caracterizada como uma doença que atinge a sociedade. Entretanto, mesmo sem ter uma política própria a nível nacional, direcionada para acabar com a fome e que fosse suficiente para conduzir estratégias no âmbito das três esferas do Governo, essa temática só começou a ser

abordada de uma maneira mais ampla no país por volta de 1980, período onde o país foi assolado pela crise econômica (MATTEI, 2007).

No Brasil, a questão da fome apresenta três aspectos principais: o primeiro é concernente às altas taxas de desemprego e ao pequeno poder aquisitivo proporcionado pelos baixos salários recebidos pelos trabalhadores; o segundo aspecto possui relação com a diferença do valor cobrado pelos alimentos e o valor que é recebido pelos trabalhadores; o terceiro mostra que as pessoas mais pobres sofrem com a exclusão de mercado (BRASIL, 2010).

Para acabar com a fome é necessário que o Estado promova ações que busquem garantir o acesso das pessoas carentes aos alimentos e criem oportunidades de emprego para as pessoas que se encontram em situação financeira desfavorável ou para aquelas que estão excluídas do mercado de trabalho, a fim de promover uma alimentação adequada a esta parte da população. Dessa maneira, para solucionar o problema da fome para esses indivíduos, é necessário a criação de medidas tanto emergenciais quanto permanentes, como reduzir o custo do acesso à alimentação e aumentar a quantidade de alimentos com valores reduzidos. Estas medidas contribuirão para a inclusão das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, assegurando assim o seu direito à alimentação (BRASIL, 2010).

Compreendida como falta de recursos básicos para a existência, a pobreza geralmente é oriunda da falta de renda ou da distribuição errônea dos bens financeiros, devido a essa distribuição, enquanto uma elevada parcela dos bens se concentram nas mãos de poucas pessoas, existem muitas que vivem em dificuldades. Essa falta de recursos acaba cooperando para o comprometimento das necessidades primordiais para o indivíduo se manter no dia a dia, como moradia, saúde e alimentação (MÜLLER, M; 2014).

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nos últimos anos está ocorrendo uma consolidação nos níveis de carência alimentar e de miséria. Entretanto, desde do ano de 1995, ocorre a ampliação nos índices de pobreza e miséria. Esses índices possuem relação com o aumento abrupto do desemprego, do subemprego e com os salários insuficientes que o trabalhador recebe. Essa taxa de desemprego vem se intensificando ainda mais entre os pobres residentes das regiões metropolitanas e chega a ser três vezes maior do que o desemprego entre as pessoas não pobres (BRASIL, 2010).

Durante o processo de instituição das políticas de combate à fome, é necessário que seja realizada a junção dessas políticas com as estratégias da área social, pois a efetividade dessa política só ocorre se ela for aliada com outras estratégias, visando assim o incentivo da segurança alimentar das pessoas. As políticas de combate à fome devem desenvolver meios para trabalhar tanto com ações de caráter emergencial quanto estruturais, isso possibilitará o rompimento das barreiras entre o setor econômico e o setor social, possibilitando assim uma melhor distribuição de renda entre as classes sociais (BRASIL, 2010).

A pobreza não é identificada somente em países subdesenvolvidos, pois de uma maneira geral todos os países apresentam algum nível de pobreza, é evidente que esses níveis variam de um local para outro e que em alguns locais isso ocorre de forma mais impactante do que em outros. Em termos populacionais, a pobreza acarreta a grande maioria da população mundial. Para detectar o grau de pobreza é realizado a quantificação de pessoas com baixa ingestão de calorias diárias e quando esse índice se encontra abaixo de valores desejáveis, é por que as necessidades alimentares não estão sendo cumpridas (MÜLLER, M; 2014).

Sempre existiu um temor relacionado com a alimentação, mas devido ao fato da população mundial ter superado a faixa de sete bilhões de indivíduos, essa preocupação intensificou-se mais. Diversos países no mundo inteiro enfrentam problemas causados pela pobreza e pela miséria. Com a escassez de alimentos, em situação financeira totalmente desfavorável, todos os dias várias pessoas se esforçam em busca da sua sobrevivência, em busca da conquista da alimentação (MÜLLER, M; 2014).

Resultados obtidos durante o período de pesquisa e elaboração do Programa Fome Zero, mostram que no Brasil existem cerca de 44 milhões de pessoas vivendo com valores inferiores a um dólar por dia. Esse índice é empregado pelo Banco Mundial para a determinação do nível da pobreza, que possui como base a renda per capita de pessoas pobres dos países considerados em situação de extrema pobreza na África. No Brasil, as pequenas e médias cidades da região do interior é onde residem a maior parte das famílias pobres do país, com cerca de 4,3 milhões de famílias. Na zona rural, o índice de famílias atingidas pela pobreza é de quase 3 milhões, já na região metropolitana esse índice é de 2 milhões de famílias. Até mesmo a Região Sudeste, considerada a mais desenvolvida do país, possui um elevado índice de

peessoas pobres (cerca de 2,6 milhões de famílias). É crescente a quantidade de pessoas pobres em regiões metropolitanas, sobretudo na região de São Paulo, detentora de uma expressiva parte da riqueza do país (BRASIL, 2010).

O acesso à alimentação se concretiza, quando todas as pessoas possuem informações e acesso aos alimentos de forma física e econômica. No entanto, as pessoas que não possuem o acesso econômico, ficam expostas a diversos problemas que resultam em complicações para o acesso à alimentação, como a supremacia de empresas de alimentos com atuação a nível mundial e crises do setor financeiro que ocasiona a elevação dos gastos com produtos alimentícios, isso pode ser ainda mais agravado se ocorrerem conflitos, guerras civis e catástrofes naturais (MÜLLER, M; 2014).

Como o número de pessoas que se encontram em situação de pobreza é elevado, nota-se que a pobreza não é gerada por acaso, ela é consequência do crescimento desordenado e dos baixos salários pagos aos trabalhadores. Estes fatores têm colaborado para a diminuição de renda e promovido um aumento no número de desemprego. No cenário brasileiro esse fato vem se complicando ainda mais, pois as famílias mais pobres, são as que mais sofrem com o aumento do índice de desemprego, ao acréscimo com gastos por se alimentarem fora de casa e de despesas pertinentes a saúde, educação, moradia e transporte (BRASIL, 2010).

Para que o objetivo da alimentação adequada seja cumprido, é primordial que ocorra o empenho de lideranças e de organizações não-governamentais, tanto a nível nacional quanto internacional, por meio de estratégias, ações e políticas para que aqueles indivíduos que não podem se alimentar possam ser beneficiados, assim os seus direitos e necessidade poderão ser supridos. Com a implementação de todas essas ações e estratégias, o direito à alimentação como princípio da dignidade humana poderá ser garantido (MÜLLER, M; 2014).

A fome, que faz parte do cotidiano de milhares de indivíduos por todo o mundo, é um assunto que ocupa pouco espaço nos temas de discussão da área do Direito. Os juristas e a sociedade de um modo geral, se atentam muito pouco para o tema da alimentação e riscos que ela pode ocasionar e quando debatem acerca desse tema, não o realizam com a total relevância a qual deveriam fazer. A realidade dos indivíduos que vivem em países mais pobres deveria ser encarada com um problema de âmbito global e não somente como local (FRANÇA, 2004).

Nos países de terceiro mundo os problemas ocasionados pela fome e pela desnutrição, são originados pelas diferenças sociais e pela diversidade de cada região, onde os habitantes vivem em meios totalmente desfavorecidos. Por isso que antes de serem promovidas ações para reorganizar o setor econômico, a fim de impactar a área da alimentação, é necessário levar em consideração as diversidades sociais, pois são tão importantes que nenhuma medida promovida de forma instantânea será capaz de solucionar todos esses problemas. O que interfere as nações no seu dever de garantir o acesso à alimentação são os problemas provenientes de suas características desiguais, da sua estrutura e do seu sistema de administração, com isso é necessário que sejam instituídas medidas para erradicar esses fatores (MÜLLER, M; 2014).

Como as organizações internacionais passam por diversas complicações para a instituição e acessibilidade do direito à alimentação, é imprescindível que haja um entendimento entre elas para que ocorra uma padronização das estratégias empregadas e dessa forma o direito à alimentação poderá ser promovido. O cumprimento dessa meta dificilmente será alcançado, se todos aqueles que se destinam à efetivação do direito à alimentação não promoverem ações de forma equivalentes. Não é papel exclusivo da FAO e do PAM, articular estratégias para o combate à fome e a desnutrição, pois como esses problemas atingem indivíduos no mundo inteiro, esse papel deveria ser desempenhado por todas as organizações internacionais direcionadas a luta contra a fome, para que os direitos humanos possam ser realmente efetivados (MÜLLER, M; 2014).

2.5 PROGRAMA FOME ZERO

Para alguns especialistas brasileiros a solução para o combate à fome estaria na quantidade de alimentos ofertados e com o aumento das condições de compra da população. No entanto, como o problema da fome não teria relação com a quantidade de alimentos disponíveis e sim com o acesso deficitário das pessoas a esses alimentos, as questões apontadas não seriam suficientes para acabar com o problema da fome, dessa forma fez-se necessário criar medidas para de fato erradicar o problema da fome e essas medidas deveriam ser voltadas para a luta contra a miséria e a desigualdade social (BRASIL, 2010).

Para efetivamente combater a fome no Brasil, foi indispensável a instituição de uma política de segurança alimentar e nutricional que tivesse como uma de suas bases o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a soberania alimentar em sua constituição. O DHAA é um direito que todas as pessoas possuem de ter acesso de forma física e econômica aos alimentos ou de possuir condições para obter esses alimentos, sem que os seus outros direitos essenciais, como saúde e educação possam ser prejudicados. A Soberania Alimentar é compreendida como o direito que as pessoas possuem de optarem pelas políticas agrícolas e consumo de alimentos de sua preferência, a fim de que as distintas características culturais de cada povo possam ser preservadas (BRASIL, 2010).

No ano de 2001 o Projeto Fome Zero começou a ser elaborado pelo Instituto da Cidadania a fim de ser utilizado não só como uma ferramenta - pelo presidente que seria eleito no ano seguinte - no combate à fome e a miséria no país, como também uma estratégia no âmbito da segurança alimentar. Para a elaboração desse projeto houve a participação de diversas ONGs, pesquisadores e membros de entidades sociais que não mediram esforços para a participação em debates direcionados para a criação de estratégias voltadas para o combate à fome e a miséria no país (BRASIL, 2010).

No ano de 2003, foi eleito como Presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva, que determinou que a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à Fome seriam alvos primordiais do seu mandato. Com isso o Presidente institui o Projeto Fome Zero, que em 2009 é uma ação direcionada pelo Governo para a promoção e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada para aqueles que não tenham capacidade de obter alimentos. Essa ação é executada por meio de quatro segmentos: a obtenção de alimentos, a consolidação da agricultura familiar, criação de renda e direcionamento social (MACEDO et al., 2009).

Em 2003, o projeto Fome Zero ganha espaço no cenário governamental como a primordial ação do Governo para direcionar as políticas econômicas e sociais. A instituição do Fome Zero proporcionou o rompimento das barreiras entre as políticas econômicas e as políticas sociais, contribuindo para a associação das políticas estruturais e emergências, destinadas ao combate à fome e à miséria. Com a criação do programa também foi possível fundamentar novas estratégias para a agricultura

familiar e a instauração de uma legislação-base, visando complementar a política nacional de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

A fundamentação do Programa Fome Zero é direcionada para as políticas estruturais, ou seja, ele visa articular meios para contribuir para o bem-estar da população, através de ações direcionadas à geração de emprego, para a reforma agrária, para o crescimento da produção e para o aumento da renda. O Programa também dispõe de políticas compensatórias, que se caracterizam como medidas que são empregadas em segundo plano, quando as políticas estruturais não foram suficientes para concretizar as metas de aumento de renda e produção e geração de emprego (BRASIL, 2010).

A instituição do Programa Fome Zero ocorreu mediante aos estímulos gerados pelos programas americanos de transmissão de renda ligados à compra de alimentos nos padrões do Programa *Food Stamp*. O objetivo desse programa seria fornecer ajuda na alimentação de famílias em situações de total vulnerabilidade, isso ocorreu por volta da década de 30, época onde existia a responsabilidade de impulsionar a economia, de modo a não permitir que os preços dos produtos agrícolas fossem reduzidos de forma drástica. Essa forma de conceder alimentos através de cupons ocorreu até por volta do final dos anos 50, como ações estaduais em alguns estados da União. No ano de 1960, essa ação foi fundamentada como um programa federal, pelo presidente Kennedy. O *Food Stamp* foi aprovado no ano de 1964 pelo Congresso Americano e, desde então, para a sua aquisição é necessário que seja efetuado um pagamento por parte dos beneficiários, sendo que o valor desse pagamento deve ser correspondente a situação financeira do beneficiário (BELIK, 2012).

Para Bickel e Andrews, citados por Belik (2012), o programa *Food Stamp* é caracterizado como um programa distintos dos demais, pois por meio dele pode ocorrer o encerramento do ciclo financeiro nas regiões em que as famílias carentes poderiam ser atendidas pelo programa. Isso favoreceu para que as transmissões das finanças fossem direcionadas para a aquisição de produtos alimentícios, estabelecendo assim a instituição de mercado para o produtor e para o comércio de menor porte e contribuindo para que ocorresse um acréscimo da renda dos locais em situação desfavoráveis. Nos Estados Unidos no final da década de 90, foi realizado a identificação de um número de cerca de 20 milhões de pessoas beneficiárias pelo sistema. Os gestores do programa, indicaram os resultados de algumas pesquisas

que foram publicadas pelo Departamento da Agricultura, esses resultados conquistados foram considerados satisfatórios, uma vez que houve crescimento no consumo e aumento na percepção de Segurança Alimentar. No entanto, essas pesquisas também identificaram alguns inconvenientes, como: a ausência de interligação entre o *Food Stamp* e os demais programas sociais, como a Educação Alimentar, o Apoio à Gestantes e Nutrizes, a Alimentação Escolar e o Apoio à Idosos.

Uma das ações do Projeto Fome Zero é a doação de cesta básica de alimentos para pessoas que se encontram em situação financeira desfavorável, que estejam passando por situação de fome, que foram atingidas por desastres naturais (período de enchentes ou período de seca) e para as pessoas que fazem parte de novos assentamentos da reforma agrária, que podem receber por um determinado período estas cestas de alimentos. O programa adotou essa ação, depois de verificar que em momentos em que ocorrem desastres, era extremamente comum que pessoas oportunistas faturassem com a venda de alimentos e oferecessem alimentos de qualidade inferior por preços indevidos (BRASIL, 2010).

Instituído após a posse do presidente Lula, o Programa Fome Zero foi lançado com a finalidade de cumprir uma das promessas feitas durante o período da campanha do presidente: promover estratégias para combater a fome e articular ações que contribuam para a promoção da segurança alimentar. O presidente Lula apresentou com uma de suas metas, garantir ao menos 3 refeições por dia. Foi aderido à constituição o Direito Humano à Alimentação Adequada, e o congresso aprovou uma lei da Segurança Alimentar, onde discorre acerca da criação e implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), houve também modificações no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que passou a ter ligação direta com o Governo (BRASIL, 2013b).

Como ação do Governo voltada para o combate à fome, o programa Fome Zero se caracteriza como uma política de Segurança Alimentar. O Estado deve promover condições e meio de incentivo para que a população possua uma alimentação de qualidade de forma acessível. No entanto, mesmo que o Governo desenvolva ações nos âmbitos federal, estadual e municipal, não é dever unicamente dele se empenhar para suprimir o problema da fome. Por isso é necessário que ocorra um maior envolvimento da sociedade civil como um todo para que seja obtido o êxito em acabar com o problema da fome (BRASIL, 2010).

Ao ser eleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não somente colocou em prática tudo o que propôs a respeito do Programa Fome Zero como também instituiu medidas para a erradicação da fome e isso se tornou um dos maiores símbolos do seu Governo. Após a sua posse, o presidente Lula implementou modificações no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que foram instituídas em 30 de janeiro de 2013. O conselho passou a ser integrado por 59 conselheiros, sendo 17 ministros de Estado e 42 representantes da sociedade civil (BRASIL, 2010).

O Programa Bolsa Família conseguiu promover a junção de vários programas de transferência de renda e com isso proporcionou geração de renda para milhares de famílias brasileiras carentes. Na maioria das vezes, a renda disponibilizada pelo programa foi utilizada para a compra de produtos alimentícios. O Programa Bolsa Família também conseguiu unir diversas estratégias no campo das políticas e programas sociais e isso contribuiu para que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fosse posteriormente instituído (BRASIL, 2013b).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado no dia 23 de janeiro do ano de 2004, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento social e combate à fome e direcionado a promover a integração da cidadania, garantir a Segurança Alimentar, assegurar renda mínima e dar suporte as famílias. (MACEDO et al., 2009).

2.6 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que compreende uma política pública, é direcionado para adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares. Essa compra é realizada com a ausência de licitação, e os preços dos produtos adquiridos são definidos de forma regional por equipes gestoras do PAA e não devem ser superiores aos do mercado da região, existe também um valor anual máximo para cada agricultor receber. Um dos propósitos do PAA é impulsionar os agricultores familiares, principalmente aqueles que possuem uma baixa produção e problemas para a valorização financeira da produção (MATTEI, 2007).

Como objetivos essenciais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) podem ser destacados o favorecimento para a obtenção de alimento e a promoção do incentivo à agricultura familiar com a ausência de licitação. Esses alimentos adquiridos são

distribuídos para indivíduos que se encontram em uma posição de insegurança alimentar e nutricional e para aqueles que são assistidos por entidades socioassistenciais ou por organizações públicas que fazem parte do setor de alimentação. O Programa de Aquisição de Alimentos possui um papel significativo na formação de estoques públicos de alimentos, que são obtidos por meio da produção dos agricultores familiares (BRASIL, 2012).

O Programa favorece o provimento alimentar através de aquisições de alimento de forma governamental, favorecendo também a consolidação da cadeia de comercialização; impulsiona o reconhecimento da relevância da biodiversidade e a produção de alimentos orgânicos. O PAA também contribui para a instituições de hábitos alimentares saudáveis. No entanto, para que o PAA consiga abranger esses objetivos estabelecidos, ele dispõe de 5 distintas modalidades para a sua execução: Compra Direta, Compra Institucional, Doação Simultânea, Formação de Estoques e PAA Leite. O Programa é operacionalizado com recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (BRASIL, 2012).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014b, p. 11 e 12), o PAA apresenta as seguintes modalidades:

Compra com Doação Simultânea: compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite: compra de leite que, após processamento, é doado aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta modalidade é executada somente nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais; **Compra Direta:** compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, às necessidades das redes socioassistenciais e para constituir estoques públicos; **Apoio à Formação de Estoques:** apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público ou destinação aos estoques públicos;

Compra Institucional: aquisição voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios, com recursos financeiros próprios. Por esta modalidade poderão ser abastecidos hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários, dentre outros.

Uma pesquisa realizada por Hespanhol (2013) com o título Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar, mostra o perfil dos agricultores que participam do programa no município de Dracena em São Paulo. No sistema estavam cadastrados 60 produtores, e através de entrevistas foi verificado que 85% deles eram casados, moravam no mesmo local há pelo menos 20 anos; possuíam de 2 a 4 filhos, idade média de 50 anos, cerca de 55% deles concluíram o ensino fundamental e apresentavam rendimento bruto mensal de 4 salários mínimos (em 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00).

Uma das finalidades do Programa de Aquisição de Alimentos é acabar com a fome, que é resultado de insuficientes políticas voltadas à criação de empregos e geração de renda. Isso permite um maior envolvimento das políticas direcionadas para a área social e as que são voltadas para a área da agricultura, dessa forma a agricultura familiar é beneficiada por que simultaneamente ela enfoca em reduzir os predominantes aspectos da insegurança alimentar no campo, pois permite que ocorra a produção de agro-alimentos e que a pobreza na zonal rural seja combatida (MALUF; MENEZES, 2007).

O estudo realizado por Becker, Anjos e Bezerra (2010) a respeito do impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural, mostra que o PAA impulsionou o cultivo de alimentos ecológicos (que são alimentos de melhor qualidade do que os convencionais), favorecendo assim para que os produtores e seus familiares tivessem uma alimentação mais saudável e isso foi um fator colaborador para promoção da saúde e melhorias na qualidade de vida desses indivíduos.

Desde que foi instituído, o PAA vem recebendo o acompanhamento do Conselho de Segurança Alimentar e de vários grupos da sociedade civil, nacionalmente o PAA é dirigido pelo Grupo Gestor. O Grupo Gestor de acordo com o decreto Nº 6.447, instituído em 7 de maio de 2008, é formado pelos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação. O controle de todo o segmento operacional é realizado pela CONAB e pelo MDS (HESPANHOL, 2013).

Segundo Mattei (2007, p. 5):

Durante o processo de aquisição dos alimentos, o programa recomenda a observação rigorosa de quesitos relativos ao controle sanitário e à qualidade dos produtos que posteriormente serão doados às instituições sociais e outras organizações locais. Para tanto, os produtos de origem animal deverão atender as normas de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, enquanto os demais produtos deverão observar as normas de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, além daquelas do sistema de Vigilância Sanitária do país.

Na última década o Governo brasileiro se empenhou para criar medidas que contribuíssem para o acesso à alimentação e para incentivar o crescimento da agricultura familiar. Dez anos após a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é verificado que todos os investimentos do Governo foram totalmente eficazes para promover transformações tanto na área rural quanto na urbana. Ao longo desses 10 anos o Governo federal destinou cerca de R\$ 5,3 bilhões para a realização de compras de produtos de agricultores familiar, que totalizaram 4 milhões de toneladas de alimentos (BRASIL, 2014c).

No trabalho de Rossi e Souza Filho (2012) sobre os impactos do Programa de Aquisição De Alimentos (PAA) da agricultura familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários, foi verificado que durante o período de estudo ocorreu uma redução da média de vendas de produtos para atacados, sendo que isso ocorreu simultaneamente com o acréscimo da média de vendas para o PAA. Com isso ficou evidente que os agricultores tiveram uma maior preferência em optar por vender seus produtos para o PAA do que para os atacados, o valor dessas vendas repassadas ao PAA foi de cerca de 25,65%.

O Programa de Aquisição de Alimentos, que é visto como uma das estratégias mais significativas do mandato do presidente Lula, foi ampliado e recebeu melhorias no Governo da presidenta Dilma Rousseff. Essas melhorias ocorreram por meio de duas funcionalidades do programa: a de promover maior rigidez nos laços da agricultura familiar com base em um maior incentivo para a venda dos produtos e a instituição de ações para que as pessoas em situação de insegurança alimentar tenham acesso a alimentação. Através da aquisição de produtos ao longo de mais de 10 anos, o PAA trouxe benefícios para cerca de quase 200 mil produtores familiar, extrativistas, assentados da reforma agrária, pescadores e comunidades tradicionais. Durante esse

tempo o Governo adquiriu quase 3 mil itens, alimentos da época e todos produzidos nas regiões de atuação do programa (BRASIL, 2013b).

Mais de 20 mil instituições foram beneficiadas pelo programa, dentre elas podemos citar as instituições que abrigam crianças, idosos, associações comunitárias, entidades socioassistenciais e hospitais. Todas essas instituições foram abastecidas periodicamente com alimentos adquiridos dos produtores que são integrados ao programa, algumas dessas instituições nunca haviam recebido alimentos sem a geração de despesas com os custos e de forma periódica. Com isso o PAA beneficiou milhares de indivíduos em todo o país, prestando auxílio às entidades educacionais, sociais e instituições de saúde (BRASIL, 2013b).

O trabalho sobre a Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná, realizada por Doretto e Michellon (2005), mostra que o PAA proporcionou alguns benefícios para o município de Cerro Azul, dentre eles podem-se destacar: a ampliação no número de compras de alimentos procedentes da agricultura familiar; doação de alimentos para a constituição da merenda escolar de várias escolas e a elaboração de cesta alimentar para aqueles indivíduos residentes na área urbana do município e que se encontrem em situação financeira desfavorável. Em relação ao trabalho da entidade responsável pela gestão do programa no município, foi notável o seu comprometimento e sua forma transparente de trabalhar.

Rossi e Souza Filho (2012), mostram em seu trabalho, que durante o período estudado não ocorreu um expressivo acréscimo estático da quantidade de produtos produzidos pelos agricultores, mas mesmo assim o Programa de Aquisição de alimentos acabou influenciando para a instituição de novos tipos de culturas e para a ampliação na média da produção das culturas que já eram produzidas por eles. Os novos tipos de alimentos produzidos foram: cenoura, batata-doce, chuchu, abobrinha, couve-flor, rúcula, jiló, pimenta cambuci, acelga, pepino, milho verde, quiabo, abacaxi, maracujá, mandioca, limão, carambola, chicória, vagem, repolho, tomate, alface, brócolis, cheiro-verde, almeirão, couve manteiga, espinafre e pimentão.

2.6.1 Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Cariacica

A instituição do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) no município de Cariacica ocorreu em razão da Prefeitura de Cariacica possuir a finalidade de garantir a equidade social não exclusivamente para os agricultores familiares, mas também para boa parte dos munícipes de Cariacica que estavam em situação de vulnerabilidade alimentar. O PAA proporciona as pessoas uma alimentação saudável, composta sempre por alimentos frescos. Dessa maneira, o PAA contribuiu de forma indispensável para que diversas famílias pudessem sair da situação de risco alimentar (CARIACICA, 2015c).

O Programa de Aquisição de alimentos de Cariacica possui relação direta com as estratégias executadas no âmbito municipal de segurança alimentar. O PAA utiliza o espaço físico do Banco de Alimentos Josué de Castro para realizar o recebimento e a distribuição dos alimentos, esse espaço físico pôde ser utilizado graças à uma colaboração existente entre o programa e a Secretaria de Assistência Social do município. O Programa de Aquisição de Alimentos e o Banco de Alimentos Josué de Castro agem em conjunto para promover estratégias focadas na Educação Alimentar, cujo público alvo são as entidades beneficiadas e as famílias cadastradas no CRAS – Centros de Referência de Assistência Social (CARIACICA, 2015c).

Durante as ações do PAA em Cariacica, ocorre a aquisição de forma direta com os produtores rurais de 30 toneladas de alimentos. Esses alimentos são destinados para instituições cadastradas e para diversas famílias que são beneficiárias pelo CRAS. De acordo com a Secretária de Desenvolvimento Social do município, Priscila dos Reis Vasconcellos, é somente o município de Cariacica que realiza a distribuição de alimentos para os grupos familiares de forma direta. Essa entrega de alimentos possui um papel expressivo para a promoção da segurança alimentar dos indivíduos beneficiados (CARIACICA, 2015d).

O Programa de Aquisição de Alimentos do município de Cariacica é resultado do trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em conjunto com o Município de Cariacica. O Programa contribui de forma eficiente para impulsionar a produção agrícola e reduzir a insegurança alimentar. O PAA de Cariacica foi reiterado em 2013 por meio do termo de adesão, que descreve a quantidade de agricultores contemplados pelo programa e preza pela total qualidade

dos alimentos que eles oferecem, estando entre os melhores do Brasil (CARIACICA, 2015b).

O programa de Aquisição de Alimentos beneficia 213 produtores e esse número está distribuído entre os seguintes municípios: 138 são do Município de Cariacica, 21 são de Santa Maria de Jetibá, 21 são de Domingos Martins, 15 são de Iconha, 10 São de Santa Leopoldina e 8 são do município de Viana. Devido ao número de agricultores, aos custos com o frete e também a acumulação de produtos, para a realização das entregas, os agricultores foram distribuídos em dois grupos e os critérios utilizados para essa distribuição foram: se esses agricultores tinham um maior vínculo ou se eram membros da mesma família (CARIACICA, 2015c).

A escolha das entidades que são contempladas pelos alimentos obtidos por meio do PAA, foi realizada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEAS), e para isso o COMSEAS definiu que as entidades deveriam possuir como condições determinantes um registro no Conselho Municipal de Assistência Social (COMASC) e dispor de um local apropriado para poder realizar o armazenamento e o processamento dos produtos com base nos critérios Higiênico-sanitários. No ano de 2015, no total 16 entidades foram favorecidas, sendo elas: Abrigo à Velhice Desamparada Auta Loureiro Machado (AVEDALMA); APAE de Cariacica; Associação Amor e Vida; Associação Mensageiros da Boa Nova; Associação SEMEART; Banco de Alimentos Josué de Castro; Casa Aliança Cristo Vive; Casa de Apoio Campo Grande aos portadores do HIV; Casa de Menores de Campinas (Montanhas da Esperança); Congregação Redentorista - Centro Nova Geração (CNG); Fundação Fé e Alegria do Brasil; Instituição Adventista de Educação e Ass. Social; Jovens com uma Missão (JOCUM); Obra Social Cristo Rei; Obra Social Gabriel Delanne; REAME - Centro Educacional Comunitário (CARIACICA, 2015c).

No ano de 2015, o balanço anual do PAA registrou que do mês de fevereiro até novembro, foram comprados dos agricultores cerca de 440.151 mil quilos de alimentos, esses alimentos foram doados para diversas entidades socioassistenciais do município. Os recursos investidos no PAA em 2015 foram de cerca de R\$ 1.258.915,15. Graças ao Programa, no ano de 2015, cerca de 260 famílias em situações de insegurança alimentar que recebem suporte dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Cariacica e algumas entidades

socioassistências foram favorecidas com as doações mensais do PAA (CARIACICA, 2015e).

2.7 BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA

São contemplados como beneficiários fornecedores do PAA: agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, aquicultores, indígenas, silvicultores, extrativistas e assentados da reforma agrária. Para a participação no Programa é necessário que o agricultor possua DAP, que é a Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). A DAP possui a finalidade de caracterizar o beneficiário como agricultor familiar (BRASIL, 2012).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007), realizou uma pesquisa sobre a Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados, na região sul e nordeste do país. Nessa pesquisa foi constatado que a região sul e nordeste do país apresentam perfis bem distintos, ao entrevistar todos os beneficiários foi descoberto que os que são da região sul possuem condições socioeconômicas mais favoráveis do que os da região nordeste. Os dados levantados na pesquisa mostram que na região sul somente 3,7% dos entrevistados alegam que não conseguiram obter rendimentos expressivos com a sua produção, já no Nordeste esse índice foi de 29,7%. Em relação a região Nordeste, na região sul, um maior número de pessoas entrevistadas afirmou ganhar valores mensais que variam de R\$ 1,00 a R\$ 700,00, de R\$ 1.051,00 a R\$ 1.400,00 e até valores iguais ou superiores a R\$ 3001,00. Para 71% dos agricultores do Sul, o valor preponderante da renda obtida em sua terra, varia de R\$ 1,00 a R\$ 700,00, na região nordeste apenas 40% dos agricultores afirmam receber valores dentro dessa média.

A participação no Programa de Aquisição de Alimentos reflete de maneira positiva na vida do beneficiário fornecedor, pois o programa não contribui apenas para a promoção do aumento na lucratividade e na produção, ele influencia o produtor a se organizar da melhor maneira para obter êxito na sua produção e o incentiva cada vez mais a buscar a qualificação. Todos esses fatores associados, contribuem para suprimir as condições de dificuldade sociais e econômicas enfrentados pelos agricultores, promovendo assim maior igualdade e inclusão socioeconômica. (BRASIL, 2013b).

Segundo o MDS (BRASIL, 2007), após a participação dos agricultores no PAA, foi verificado que o aumento de renda foi maior para os agricultores do Nordeste quando comparados com os do Sul, sendo respectivamente de R\$ 327,28 e R\$ 96,51, essa grande variação nos valores pode ser justificada pela situação econômica do Nordeste ser relativamente menos favorecida do que a do Sul e isso contribui para diferença de valores. O PAA foi avaliado de forma positiva nas duas regiões, 98% agricultores do Sul e 88% do Nordeste consideraram o programa bom ou muito bom. No quesito propriedade de terra, 76% dos agricultores da região sul afirmam ser donos da propriedade, em contrapartida 30% da região nordeste fazem a mesma afirmação.

De acordo com Doretto e Michellon (2005) que realizaram a pesquisa Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná, 1/3 dos produtores que participam do PAA tiveram que ampliar a área da sua plantação e 2/3 deles tiveram que investir em melhores tecnologias para utilizarem em seus cultivos, para poderem atingir as metas dos produtos entregues no PAA. A ampliação na área territorial do cultivo, deve-se ao fato de que com a participação do produtor no PAA, ele tem assegurado o mercado para a venda do seu alimento.

Resultados da pesquisa do MDS (BRASIL, 2007), mostram que dentre todos os produtores entrevistados, 73% deles possuem de 31 a 60 anos; 13,5% apresentam 61 anos ou mais e que somente 0,8% possuem até 20 anos. Essa distribuição por faixa etária mostra que é baixo o índice de jovens no grupo de produtores do programa e acaba confirmando duas teses, uma delas é que está ocorrendo o envelhecimento da população rural e a outra é que está sendo cada vez mais crescente a migração dos jovens que residem na área rural para a área urbana, isso acaba impactando o meio de produção; a mão de obra que era utilizada como principal meio de gerar a produção, deu lugar ao emprego de meios tecnológicos.

Outros resultados encontrados no trabalho do MDS (BRASIL, 2007), revelam o perfil dos agricultores, mostrando as seguintes características: 56% dos entrevistados são casados, 14% são solteiros e 23% apresentam estado civil distinto dos citados; em relação a escolaridade é bem elevado o índice de produtores analfabetos, pois cerca de 25% deles não sabem ler e escrever e esse percentual é bem próximo dos 29%, que é o valor do índice de pessoas analfabetas da região nordeste que apresentam mais de 15 anos; dentre os entrevistados somente cerca de 20% possuem a quarta série do Ensino Fundamental. A respeito do grupo familiar, 51% dos agricultores

possuem até quatro membros na família e 92% dos componentes da família que apresentam idade inferior a 18 anos, estão estudando.

2.8 MUNICIPIO DE CARIACICA

Criada em 25 de novembro de 1890, por meio do decreto Nº 57, Cariacica só apresentou uma expansão populacional de forma expressiva por volta da década de 40. Foi nessa época também que ocorreram modificações da composição das características rurais do município, que impulsionaram para que Cariacica se tornasse um município urbano. O município é contemplado tanto pelo meio urbano quanto pelo rural. No meio urbano se concentra 96% da população e é também onde se concentra a maior parte da área comercial do município; o meio rural integra uma vasta área territorial do município, representa cerca de 56% do território de Cariacica e é dotado de uma grande diversidade natural (CARIACICA, 2015a).

2.8.1 História do município

O Município de Cariacica apresenta forte influência da cultura indígena, africana e europeia. De acordo com moradores antigos da região, o nome do município é originado da palavra “Cari-jaci-caá”, que era utilizada pelos indígenas quando eles se referiam ao porto onde os imigrantes chegavam. A expressão “Cari-jaci-caá” significa chegada de homens brancos (CARIACICA, 2015a).

Por volta do século XVII, Cariacica começou a ser ocupada pelos jesuítas, que foram os primeiros desbravadores a chegarem no município e eles possuíam o intuito de pregar e converter os índios da região ao catolicismo. As primeiras povoações do município ocorreram em locais que eram considerados propícios para a agricultura, como Biriricas e Pau Amarelo e se deram por meio da chegada de imigrantes pomeranos e alemães provenientes de Santa Leopoldina e Santa Isabel (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2011).

Com a saída dos jesuítas do município, os moradores da região ficaram desprovidos de assistência espiritual, pois ocasionalmente recebiam visitas de missionários e dessa forma eles sentiam a necessidade de ter um maior amparo espiritual. Porém a região só chegou ao posto de freguesia após a assinatura da lei n.º 5 em 16 de

novembro de 1837, sendo assim foi instituído o distrito de São Batista de Cariacica e após a permissão concedida por meio da lei n.º 6 de 1839, a igreja Matriz do distrito poderia ser construída, no entanto esse fato só foi concretizado em 1845. O Distrito de Cariacica ganhou o posto de município em 25 de novembro de 1890, através do decreto assinado pelo Governador Constante Sodré (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2011).

2.8.2 Aspectos Econômicos

No município de Cariacica é localizada a CEASA-ES (Central de Abastecimento do Espírito Santo), que possui uma área de 118.742 m². A CEASA-ES contribui de forma expressiva para a comercialização e a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros e apresenta um papel fundamental para manter a estabilidade dos produtos originados da agricultura familiar do município de Cariacica e através de seu mercado, fornece produtos para regiões como: Noroeste de Minas Gerais, Norte Fluminense, sul da Bahia e Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro. Por meio de uma parceria existente entre o Programa Ceasa Sem Desperdício e o Programa Mesa Brasil do Sesc, todos os dias ocorrem a arrecadação e a distribuição de alimentos para várias entidades filantrópicas registradas (ESPÍRITO SANTO, 2010).

2.8.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Cariacica era de 348.738 habitante, dentre os residentes no município 297.274 são alfabetizados; 337.643 são habitantes da zona urbana e 11.095 são habitantes da zona rural. A distribuição da população por faixa etária ocorreu da seguinte maneira: de 0 a 5 anos eram 31.601 pessoas; de 6 a 12 anos eram 41.206 pessoas; de 13 a 20 anos eram 48.901 pessoas; de 21 a 29 eram 59.411; de 30 a 69 eram 154.193 e de 70 anos ou mais eram 13.426 pessoas. Em 2015, segundo o IBGE a população estimada para o município de Cariacica seria de cerca de 381.802 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Cariacica possui área territorial de 280 Km², a região leste do município faz divisa com Vila Velha, Vitória e Serra, ao oeste com Domingos Martins, ao norte com Santa Leopoldina e ao sul com Viana. A sua região noroeste é banhada pela Baía de Vitória, constituindo assim a Orla de Cariacica. A cidade de Cariacica é cortada por duas rodovias, a BR 262 e a BR 101, devido a sua localização, o município consegue interligar tanto a região serrana quanto o litoral do estado. A cidade de Cariacica faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que é composta também pelas cidades de Vitória, Vila Velha, Serra, Viana, Guarapari e Fundão (CARIACICA, 2015a).

2.8.4 Aspectos Sociais

Na década de 50, Cariacica possuía uma maior quantidade de habitantes residentes na sede e dessa forma o município sofria fortes influências de aspectos do meio rural, nesse período houve uma predominância das atividades agrícolas como principal forma de trabalho. Porém, isso começou a mudar após o início da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), que necessitou de todo um planejamento e infraestrutura para a assistência em sua implantação, como a construção do Porto Velho, de algumas obras de apoio, de armazéns, oficinas e almoxarifados, isso contribuiu para a modificação do tipo de atividades de trabalho predominantes na região (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2011).

Na época da Construção da EFVM, devido as oportunidades de emprego existentes, era crescente a migração de pessoas provenientes do interior do estado e até de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, com isso houve a necessidade de implantação de loteamentos e nesse período surgiram cerca de 36 em 4 anos. Esse grande número de imigrantes chegando à Cariacica, também acabou influenciando à instalação de maneira desordenada de outros loteamentos, que não possuíam infraestruturas adequadas e que acabaram ocasionando problemas sociais e ambientais que promovem impacto ao município até hoje. Para tentar solucionar esses problemas foram instituídas várias associações e atualmente o município conta com cerca de 41 associações com relação direta a área da agricultura (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2011).

2.8.5 Feira Agroecológica da agricultura familiar no município de Cariacica

2.8.5.1 Instituição da Feira Agroecológica

Em 2007, uma equipe multidisciplinar (composta por biólogos, engenheiros agrônomos e zootecnistas) iniciou alguns debates para a instituição da Feira Agroecológica do município de Cariacica. Ocorreram no total 15 reuniões, onde estiveram presentes técnicos de várias áreas, membros de associações de moradores e de agricultores. Depois que foi realizado o cadastro dos agricultores familiares que manifestaram interesse em participar, foi criada a Comissão da Feira com o objetivo de detectar as necessidades e articular estratégias para supri-las. A Comissão ficou responsável pela criação do estatuto, regimento interno, critérios de funcionamento (Local, dia e horário), divulgação da feira e pela disponibilização do suporte técnico para as propriedades dos agricultores. Com isso, em 9 de fevereiro de 2008 foi inaugurada a Feira Agroecológica do município de Cariacica, no evento de inauguração esteve presente autoridades do âmbito Federal, Estadual, Municipal e da região local (MATIAS, 2009).

2.8.5.2 Importância da Feira Agroecológica

A proposta de instituição da Feira Agroecológica no município de Cariacica não se constituiu apenas como instrumento gerador de renda, ela contribuiu para impulsionar o comércio dos produtos agroecológicos e isso resultou no rompimento da subordinação promovida pelos atravessadores, a qual os agricultores estavam sujeitos. A feira proporcionou o contato direto dos feirantes com o público consumidor, contribuiu para que os produtos tivessem uma qualidade superior, para que houvesse uma maior variedade de produtos e para o emprego de preços mais justos (MATIAS, 2009).

Carvalho e outros, citados por Gomes e outros (2010), mostram que as feiras agroecológicas estão se tornando os pontos centrais para a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, por isso é fundamental que sejam criados meios mais justos que contribuam para a comercialização desses produtos,

de maneira que não ocorra a interferência de atravessadores e varejistas. Dessa forma será possível contribuir para assegurar a integração entre o campo e a cidade.

A melhoria na qualidade de vida impulsionada pela comercialização de produtos agroecológicos, não ocorreu exclusivamente na vida das pessoas que adquiriam os produtos, pois os produtores agrícolas por terem conhecimento da importância da conscientização ambiental e valores sociais, não fazem uso de agrotóxicos e isso traz benefícios para eles e seus grupos familiares e contribui para que haja desenvolvimento no meio rural de forma sustentável (MATIAS, 2009).

O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) além de dar todo o suporte nas propriedades dos agricultores, promove frequentemente a capacitação desses agricultores na área de agroecologia, gestão e comercialização. O desenvolvimento dessas ações conta com o suporte do Projeto “Fortalecimento dos Espaços de Comercialização Solidária Através da Agricultura Familiar e Organizações Sociais da Grande Vitória”, que é fruto da parceria da Prefeitura Municipal de Cariacica, Fundação do Desenvolvimento Agropecuário do Espírito Santo – (FUNDAGRES) INCAPER e Ministério da Ciência e Tecnologia (MATIAS, 2009).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo do tipo transversal que tem como objetivo avaliar as melhorias promovidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos na vida dos beneficiários fornecedores. O método empregado para a elaboração deste estudo foi o quantitativo e dessa forma a coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de três questionários que apresentavam a finalidade de avaliar os aspectos socioeconômicos, a caracterização social, os hábitos alimentares e o nível de segurança alimentar dos agricultores.

3.2 LOCAL ONDE A PESQUISA FOI REALIZADA

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP) no município de Cariacica onde se localiza a unidade executora da gestão do Programa de Aquisição de Alimentos.

3.3 AMOSTRA POPULACIONAL

O estudo foi desenvolvido com beneficiários fornecedores (produtores) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Município de Cariacica, que faz parte da Região Metropolitana do Estado do Espírito Santo. O PAA é operacionalizado por meio do Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA). No ano de 2015 estavam cadastrados 253 produtores no sistema, sendo que no total de cadastrados, 138 são agricultores do município de Cariacica e os demais residem nos municípios de Domingos Martins, Iconha, Santa Maria de Jetibá, Viana e Santa Leopoldina. Como o PAA é operacionalizado no município de Cariacica, optou-se por restringir a amostra para esse estudo, portanto, o estudo foi desenvolvido somente com produtores locais, devido à dificuldade de comparecimento dos produtores de outros municípios à SEMAP. Com isso o estudo foi realizado com a amostra correspondente aos 138 agricultores residentes no município de Cariacica. O Cálculo para identificar o número ideal da amostra de indivíduos representativos que deveriam participar desta pesquisa, foi feito com a calculadora amostral online que apresenta 95% de

confiabilidade e 5% de erro amostral, dessa forma, o valor obtido para compor a amostra foi de 102 indivíduos representativos. No entanto, durante o período de coleta de dados ocorreu um imprevisto com relação a liberação nacional para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2016, isso prejudicou o início das entregas dos produtos e como consequência o número de agricultores que frequentavam a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP) diminuiu, isso acabou reduzindo o tamanho da amostra estudada, que inicialmente deveria ser de 102 indivíduos e devido ao imprevisto ocorrido, passou a ser de 97.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados foram aplicados três questionários. Um dos questionários utilizados neste estudo, foi elaborado pela autora do trabalho e é constituído por 18 perguntas abertas e fechadas, que são direcionadas para a identificação e avaliação do perfil socioeconômico, caracterização social e para a identificação dos hábitos alimentares dos produtores (Apêndice B).

O segundo questionário usado (Anexo A), foi o da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que possui a finalidade de avaliar as condições de acesso da população aos alimentos. Ele foi utilizado em dois momentos: o primeiro foi para identificar como eram as condições de alimentação do indivíduo e de sua família e se passavam por alguma condição de insegurança alimentar antes de participarem do PAA, para isso os entrevistados deveriam responder as perguntas do questionário retratando o período em que ainda não participavam do Programa; em um segundo momento, esse questionário foi utilizado para verificar se a participação no programa, contribuiu para retirar indivíduos e suas famílias da situação de insegurança alimentar, dessa forma, os agricultores foram orientados a responder de acordo com a sua situação atual, ou seja, deveriam retratar o período após a participação no Programa. Este questionário apresenta 14 perguntas, sendo que elas são do tipo fechada, no entanto as perguntas a partir da nona, só devem ser aplicadas para famílias que possuem membros menores de 18 anos de idade.

Com o intuito de identificar o perfil econômico dos agricultores, o terceiro questionário empregado, foi o de Critério de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresa de Pesquisa (ABEP), esse questionário possui 10 perguntas

fechadas, e a sua aplicação, tem como finalidade estimar o poder aquisitivo das pessoas, a fim de encerrar a pretensão de classificação por “classes sociais”, aderindo apenas a classificação de acordo com classes econômicas (Anexo B).

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Como esse estudo envolveu a participação de seres humanos, para que ocorresse o seu desenvolvimento ele passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas e o número do seu Parecer foi: 1.426.668 (Conforme o Anexo A). A coleta de dados para a pesquisa só foi realizada após o participante assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) que seguindo os preceitos éticos, com base na resolução 466/2012 da CONEP, que aborda questões relacionadas com pesquisas e testes em seres humanos, foi elaborado em linguagem clara e objetiva e especificou a finalidade, todos os procedimentos, etapas da pesquisa, bem como possíveis riscos e benefícios que a pesquisa poderia trazer ao participante (APÊNDICE A).

3.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA

A análise estatística realizada neste trabalho consiste na exploração dos dados utilizando as técnicas, Estatística Descritiva (Distribuição de Frequências) e Inferencial (Teste não paramétrico qui-quadrado).

Nas Tabelas 11 e 20 foi utilizado o teste não paramétrico qui-quadrado (χ^2), para verificar uma possível associação entre as variáveis sob estudo. Neste estudo foi utilizado o programa computacional SPSS 19.0 for Windows.

Os dados obtidos para a elaboração deste trabalho, foram tabulados em planilhas do programa da Microsoft Excel para que os resultados pudessem ser apresentados em formato de tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado com uma amostra de 97 agricultores (beneficiários fornecedores) participantes do Programa de Aquisição de Alimentos do Município de Cariacica, Região metropolitana do Estado do Espírito Santo. Em relação a idade dos agricultores participantes da pesquisa, houve uma grande variação na faixa etária deles, foi observado que eles apresentaram idades variando entre 20 a 78 anos. Entre os 97 agricultores entrevistados, 48,45% (n=47) são do sexo feminino e 51,55% (n=50) são do sexo masculino, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de frequências segundo Sexo.

Sexo	Frequência	%
Feminino	47	48,5
Masculino	50	51,5
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

A respeito do estado civil dos entrevistados, houve uma maior predominância no número de agricultores casados, pois esse número correspondeu a 71,13% (n=69) dos entrevistados, a segunda maior prevalência, foi sobre o número de participantes solteiros que foi de 13,40% (n=13), as menores predominância encontradas foram a de agricultores viúvos, com 7,22% (n=7), em união estável, com 5,15% (n=5) e divorciados que apresentou o índice de apenas 3,09% (n=3) dos participantes, conforme mostra a Tabela 2. Essa predominância no número de agricultores casados, que foi encontrada entre os agricultores do município de Cariacica, também foi verificada por Hespanhol (2013), que realizou uma pesquisa com o tema “Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar”, através desta pesquisa, ele identificou que a maioria dos entrevistados, 85% dos agricultores são casados. Da mesma forma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007), que realizou a pesquisa: Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados, também encontrou prevalência de um maior número de agricultores casados, pois, entre os entrevistados, 56% dos produtores afirmaram ser casados, 14% dos agricultores afirmaram ser solteiros e 23% apresentaram estado civil distinto dos que foram citados anteriormente.

Tabela 2 - Distribuição de frequências segundo Estado Civil

Estado Civil	Frequência	%
Solteiro	13	13,40
Casado	69	71,13
União Estável	5	5,15
Divorciado	3	3,09
Viúvo	7	7,22
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Com relação à escolaridade dos agricultores, pode-se observar, conforme a tabela 3, que o número de agricultores analfabetos é baixo, com apenas 1,03% (n=1) dos entrevistado, no entanto, mais da metade dos entrevistados, 51,55% (n=50) não concluíram o ensino fundamental, 17,53% (n=17) deles concluíram o ensino fundamental, 20,62% (n=20) não concluíram o ensino médio e que somente 2,06% (n=2) possuem o ensino médio completo, 6,19% (n=6) possuem o ensino superior incompleto e que apenas 1,03% (n=1) possuem o ensino superior completo. Dados encontrados no trabalho de Hespanhol (2013), mostram que cerca de 55% dos produtores concluíram o ensino fundamental. Já a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007), mostra que 25% dos agricultores não sabem ler e escrever e que 20% possuem a quarta série do Ensino Fundamental. Isso mostra que em termos gerais, o nível de escolaridade dos agricultores é consideravelmente baixo.

Tabela 3 - Distribuição de frequências segundo Escolaridade

Escolaridade	Frequência	%
Analfabeto	1	1,03
Ensino Fundamental Incompleto	50	51,55
Ensino Fundamental Completo	17	17,53
Ensino Médio Incompleto	20	20,62
Ensino Médio Completo	2	2,06
Ensino Superior Incompleto	6	6,19
Ensino Superior Completo	1	1,03
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Sobre o número de filhos, constatou-se que 17,53% (n=17) dos entrevistados não possuem filhos, 16,49% (n=16) possuem 1 filho e 31,96% (n=31) possuem dois filhos.

Já o número de agricultores que possuem 3 ou mais filhos obteve uma maior representação, pois 34,01% (n=33) dos agricultores se encaixam dentro desse perfil. Hespanhol (2013), também encontrou em seu trabalho, que a maior parte dos entrevistados possuem um número considerável de filhos, pois 85% dos agricultores entrevistados possuem de 2 a 4 filhos.

Tabela 4 - Distribuição de frequências segundo o número de filhos

Número de filhos	Frequência	%
Nenhum Filho	17	17,53
1 Filho	16	16,49
2 Filhos	31	31,96
3 Filhos ou mais	33	34,01
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Foi verificado que em relação ao número de integrantes do grupo familiar dos produtores, a porcentagem mais alta é a dos que possuem 3 membros na família, esse percentual, que pode ser verificado na tabela 5, foi de 28,87% (n=28). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007), também encontrou em sua pesquisa, que mais da metade dos agricultores, 51% apresentam até 4 membros em seu grupo familiar. Esse resultado é bem próximo dos resultados encontrados por LUZ (2014a), que mesmo tendo verificado que os produtores possuíam de 1 a 10 membros em sua família, encontrou que a média de membros é de 3,96.

Questionou-se também sobre qual é a quantidade de pessoas do grupo familiar dos entrevistados que os auxiliam na produção de alimentos e com isso percebeu-se que 23,71% (n=23) não recebem auxílio, 45,36% (n=44) recebem auxílio de uma pessoa, 15,46% (n=15) de duas pessoas, 12,37 (n=12) de três pessoas, 2,06% (n=2) de quatro pessoas e 1,03% (n=1) de cinco pessoas.

Tabela 5 - Distribuição de frequências segundo a quantidade de pessoas do grupo familiar

(Continua)

Quantidade de pessoas no grupo familiar	Frequência	%
Não Possui Membro	4	4,12
Possui 1 Membro	17	17,53

Tabela 5 - Distribuição de frequências segundo a quantidade de pessoas do grupo familiar

(Conclusão)

Quantidade de pessoas no grupo familiar	Frequência	%
Possui 2 Membros	25	25,77
Possui 3 Membros	28	28,87
Possui 4 Membros	14	14,43
Possui 5 Membros	6	6,19
Possui 6 Membros	2	2,06
Possui 7 Membros	1	1,03
Total	97	100

Fonte: elaboração própria

Ao serem questionados se os programas de auxílio à agricultura, como o PAA, contribuem para manter a família no campo, 100% (n=97) dos agricultores responderam positivamente a essa pergunta, alegando que graças ao PAA eles possuem garantia de um local para a entrega de seus produtos e que o programa trouxe uma renda extra. Entretanto, teve alguns participantes que sugeriram que o valor que é pago ao agricultor poderia ser maior e que os jovens precisariam de um incentivo a mais para ficarem no campo. Deves (2009) encontrou em seu trabalho que de uma forma geral, o PAA teve uma aceitação plausível pelos produtores e que as insatisfações estavam relacionadas a pontos mais precisos, como o aumento no valor que é pago aos produtores.

Em relação a aplicação do questionário da ABEP, para a identificação do perfil econômico dos agricultores, foi verificado que 40,21% (n=39) deles se encontram na classe C2, 37,11% (n=36) na classe C1, 15,46% (n=15) na classe D, 5,1% (n=5) na classe B2 e 2,06% (n=2) na classe B1. Não foram encontrados agricultores nas classes A1, A2 e E, conforme a tabela 6. SANTOS et. al. (2014), verificou em seu trabalho que 2,9% (n=4) dos entrevistados fazem parte da classe B1, 39,3% (n=55) da classe B2, 33,6% (n=47) da classe C1, 19,3% (n=27) da C2 e 5,0% (n=7) da classe D.

Tabela 6 - Distribuição de frequências segundo classificação econômica

(Continua)

Classificação econômica	Frequência	%
B1	2	2,06
B2	5	5,15
C1	36	37,11

Tabela 6 - Distribuição de frequências segundo classificação econômica
(Conclusão)

Classificação econômica	Frequência	%
C2	39	40,21
D	15	15,46
Total	97	100

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Tabela 7, foi verificado que a maioria dos agricultores, 59,79% (n=58) possuem renda mensal de 2 a 3 salários mínimos, 12,37% (n=12) possuem renda superior a 3 salários mínimos e que apenas 2,06% possuem renda menor que 1 salário Mínimo. Esse resultado difere dos que foram encontrados por Martins e Cavalcanti (2007) em seu trabalho “Avaliação do impacto da execução do PAA no estado do Rio Grande do Norte” que identificou que a maior parte dos agricultores, 60%, possui renda mensal menor que 1 salário mínimo, 11% apresenta renda mensal na faixa de 1 a 3 salários mínimos e que 29% tem renda superior a 3 salários mínimos.

Tabela 7 - Distribuição de frequências segundo a renda

Renda	Frequência	%
Menor que 1 Salário Mínimo	2	2,06
De 1 Salário Mínimo	5	5,15
Maior que 1 Salário Mínimo	20	20,62
De 2 a 3 Salários Mínimos	58	59,79
Superior a 3 Salários Mínimos	12	12,37
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Foi identificado que 49,48% (n=48) dos agricultores participam de outros programas do Governo. Dentre esses 48 agricultores, 68,09% (n=32) participam do Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE), 31,91% (n=15) do Programa Saúde da Família (PSF) e 14,89% (n=7) do Programa Bolsa Família, conforme a tabela 8. LUZ (2014a), encontrou também em sua pesquisa que 13,1% (n=14) dos agricultores participam do Programa Bolsa Família.

Tabela 8 - Distribuição de frequências segundo Participação em outros programas do Governo

Programa	Frequência	%
PNAE	32	68,09
Programa Saúde da Família (PSF)	15	31,91
Bolsa Família	7	14,89

Fonte: Elaboração própria

Ao serem questionados se houve aumento na renda após participar do PAA, 100% (n=97) dos agricultores asseguraram que obtiveram um aumento em suas finanças. Pode ser observado na tabela 9, que ao especificarem sobre quanto foi esse aumento, 45,36% (n=44) dos agricultores do município de Cariacica relataram que foi de 1 salário mínimo, 27,84% (n=27) afirmaram que foi menor que 1 salário mínimo e para 21,65% (n=21) o acréscimo financeiro foi maior que 1 salário mínimo. Em seu trabalho, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007) também avaliou se houve aumento na renda dos agricultores e ao realizar uma comparação sobre esse aumento de renda dos produtores nas regiões Sul e Nordeste do país, verificou que na Região Sul, apenas 3,7% dos agricultores afirmaram não terem conseguido uma renda significativa com o PAA, no entanto, na Região Nordeste, esse índice foi de 29,7%. Pode ser visto neste trabalho que ao especificar os valores obtidos pelos produtores, percebeu-se que os dados encontrados pelo MDS diferem dos dados dos agricultores do município de Cariacica e que o aumento na renda foi maior para os agricultores do município de Cariacica, pois segundo o MDS, os produtores da região Sul tiveram um aumento de R\$ 327,28 e para os da Região do Norte o aumento foi de R\$ 96,51.

Tabela 9 - Distribuição de frequências segundo aumento da renda

Aumento da Renda	Frequência	%
Não sabe informar	1	1,03
Menor que 1 Salário Mínimo	27	27,84
De 1 Salário Mínimo	44	45,36
Maior que 1 salário mínimo	21	21,65
De 2 Salários Mínimos	3	3,09
Maior que 3 Salários Mínimos	1	1,03
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Quando os produtores foram questionados se conseguiram conquistar algum bem após a sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos, a maior parte deles, 88,66% (n=86) disseram que conseguiram conquistar algum tipo de bem, 9,28% (n=9) dos entrevistados afirmaram que não conseguiram adquirir nenhum bem, 1,03% (n=1) dos entrevistados afirmou que não lembra e 1,03% (n=1) disse que não sabe. A tabela 10 mostra os bens que foram adquiridos pelos produtores e segundo sua descrição, os bens mais adquiridos pelos agricultores foram: equipamentos de trabalho, que foi adquirido por 55,8% (n=48) dos agricultores, eletrodomésticos, que foram obtidos por 50,0% (n=43) dos entrevistados, Aparelho celular, que foi conquistado por 33,7% (n=29) dos produtores e móveis, que foram adquiridos por 25,6% (n=22) dos agricultores. Os bens que menos foram conquistados pelos beneficiários fornecedores do PAA, foram: CNH, Computador, Imóveis, reforma de automóveis e Terreno, cada um deles foram obtidos por apenas 1,2% (n=1) dos entrevistados.

Tabela 10 - Distribuição de frequências segundo Bens Conquistados

Bens Conquistados	Frequência	%
Equipamentos de Trabalho	48	55,8
Eletrodomésticos	43	50,0
Aparelho Celular	29	33,7
Móveis	22	25,6
Automóvel	11	12,8
Outros	10	11,6
Motocicleta	3	3,5
Computador	2	2,3
Construção de Casa	2	2,3
Reforma de Casa	2	2,3
CNH	1	1,2
Computador	1	1,2
Imóveis	1	1,2
Reforma de Automóveis	1	1,2
Terreno	1	1,2

Fonte: elaboração própria

Conforme a probabilidade de significância ($p = 0,518 > 0,05$), de acordo com o teste exato de *Fisher's*, na tabela 11, verifica-se que a análise estatística não teve significância. Sendo assim, não há associação entre o “Aumento na renda familiar” e “Aquisição de bens com a participação no programa”.

Tabela 11 – Distribuição de Frequências segundo: Aumento na Renda Familiar * e aquisição de bens com a participação no programa

		Aquisição de bens com a participação no programa					Total
		Não	Sim	Não lembra	Não sabe		
Aumento na Renda familiar	Menor que 1 S.M	Frequência	4	22	0	1	27
		% do Total	4,1%	22,7%	,0%	1,0%	27,8%
	De 1 S.M	Frequência	5	38	1	0	44
		% do Total	5,2%	39,2%	1,0%	,0%	45,4%
	Maior que 1 S.M	Frequência	0	21	0	0	21
		% do Total	,0%	21,6%	,0%	,0%	21,6%
	2 S.M	Frequência	0	3	0	0	3
		% do Total	,0%	3,1%	,0%	,0%	3,1%
	Maior que 3 S.M	Frequência	0	1	0	0	1
		% do Total	,0%	1,0%	,0%	,0%	1,0%
	Não sabe informar	Frequência	0	1	0	0	1
		% do Total	,0%	1,0%	,0%	,0%	1,0%
Total	Frequência	9	86	1	1	97	
	% do Total	9,3%	88,7%	1,0%	1,0%	100,0%	

Teste Exato de Fisher's: 23,646, valor-p: 0,518

Fonte: elaboração própria

Em termos de tipos de alimentos produzidos, existem agricultores que produzem de 1 até 25 tipos de alimentos diferentes. A Tabela 12 apresenta os 76 tipos de alimentos que são produzidos pelos 97 agricultores entrevistados do PAA de Cariacica e mostra que existe um predomínio na produção de 3 tipos de cultivo: Banana Prata, que é produzida por 84,5% (n=82) dos agricultores, Aipim (Raiz de Mandioca), produzido por 63,9% (n=62) dos entrevistados e abacate, que é produzido por 39,2% (n=38) dos agricultores. No entanto existem outros tipos de alimentos, como Abacaxi, Agrião, Berinjela, Brócolis, Pepino, Repolho, Tomate, Feijão, entre outros, que são produzidos por poucos agricultores e tiveram uma representação de apenas 1,0% (n=1) entre os produtores entrevistados. Quando os agricultores foram questionados sobre quais os alimentos produzidos que são de consumo familiar, 87,63% (n=85) dos entrevistados afirmaram que todos os alimentos que produzem são de consumo alimentar. Diferentemente, a pesquisa realizada por LUZ (2014a), mostra que os alimentos mais produzidos pelos agricultores do município de Ibiúna (SP) são: Alface, produzido por 72,9 (n=78), Brócolis, produzido por 46,7% (n=50) e couve, que é produzida por 41,1% (n=44).

Tabela 12 - Distribuição de frequências segundo Alimentos produzidos

(Continua)

Alimentos produzidos	Frequência	%
Banana Prata	82	84,5
Aipim (Raiz de Mandioca)	62	63,9
Abacate	38	39,2
Banana da Terra	36	37,1
Banana Nanica	35	36,1
Limão	34	35,1
Coco	31	32,0
Café	25	25,8
Mamão	25	25,8
Manga	25	25,8
Mexerica Comum	20	20,6
Banana Maçã	19	19,6
Banana Ouro	19	19,6
Mexerica Ponkan	19	19,6
Cebolinha	18	18,6
Couve	18	18,6
Laranja Lima	17	17,5
Laranja Bahia	15	15,5
Quiabo	15	15,5
Inhame	14	14,4
Jaca	14	14,4
Salsa	14	14,4
Fruta Pão	11	11,3
Abóbora	10	10,3
Acerola	9	9,3
Batata Doce	9	9,3
Laranja Seleta	9	9,3
Alface	8	8,2
Biscoito	7	7,2
Cenoura	7	7,2
Milho	7	7,2
Pão	7	7,2
Bolo	6	6,2
Cana-de-açúcar	6	6,2
Coentro	6	6,2
Jiló	6	6,2
Maracujá	6	6,2
Taioba	6	6,2
Tomate	6	6,2
Cacau	5	5,2
Laranja Pera	5	5,2
Broinha	4	4,1

Tabela 12 - Distribuição de frequências segundo Alimentos produzidos
(Conclusão)

Alimentos produzidos	Frequência	%
Jambo	4	4,1
Peixe Tilápia	4	4,1
Rúcula	4	4,1
Abobrinha	3	3,1
Beterraba	3	3,1
Maxixe	3	3,1
Mostarda	3	3,1
Palmito	3	3,1
Doces	3	3,1
Almeirão	2	2,1
Graviola	2	2,1
Jabuticaba	2	2,1
Abacaxi	1	1,0
Agrião	1	1,0
Banana Chips	1	1,0
Banana Passa	1	1,0
Berinjela	1	1,0
Bombom de Banana	1	1,0
Brócolis	1	1,0
Colorau	1	1,0
Conserva de Batata	1	1,0
Conserva de Cebola	1	1,0
Conserva de Pimenta	1	1,0
Cristalizados	1	1,0
Farinha de Banana	1	1,0
Feijão	1	1,0
Geleia de Frutas	1	1,0
Guandu	1	1,0
Leite	1	1,0
Lichia	1	1,0
Mel	1	1,0
Ovos	1	1,0
Pepino	1	1,0
Pimenta do Reino	1	1,0

Fonte: elaboração própria

Também foi questionado aos entrevistados, se a participação no Programa de Aquisição de Alimentos influenciou no aumento da variedade de alimentos produzidos e de fato, para 71,13% (n=69) deles, a participação no PAA realmente foi uma forma de incentivo, conforme a Tabela 13. Da mesma forma, dados encontrados por Martins

e Cavalcanti (2007), sobre a produção de alimentos, mostram que para 42% dos agricultores houve um acréscimo na variedade dos produtos.

Tabela 13 - Distribuição de frequências segundo influência do PAA no aumento da variedade de alimentos produzidos

Houve influência do PAA no aumento da variedade de alimentos produzidos	Frequência	%
Sim	69	71,13
Não	28	28,87
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

A tabela 14, mostra que 53,64% (n=53) dos agricultores já participaram de cursos de capacitação voltados para a área da agricultura oferecido pelo Governo. Entre os cursos informados pelos agricultores, podemos citar: curso de piscicultura; curso de criação de galinha caipira; produção orgânica; processamento de bananas; curso de fabricação de doces; curso de fabricação de massas (pães e bolos) e curso de manipulação de alimentos e curso de aplicação de agrotóxico.

Tabela 14 - Distribuição de frequências segundo Participação em Cursos voltados para a área da agricultura

Participação em Cursos	Frequência	%
Não	53	54,64
Sim	44	45,36
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Ao realizar uma comparação das duas formas como o questionário EBIA foi aplicado, verifica-se que antes dos produtores participarem do PAA, o nível Segurança Alimentar só existia para 42,27% (n=41) deles e que existia os três níveis de Insegurança Alimentar na vida dos agricultores, sendo que 46,39% (n=45) eram afetados pela Insegurança Alimentar leve, 8,25% (n=8) eram afetados pela Insegurança alimentar moderada e 3,09% (n=3) eram afetados pela insegurança alimentar grave, como pode ser visto na tabela 15. A tabela 16 mostra que após a participação no PAA, o índice de pessoas identificadas em situação de Segurança Alimentar, quando comparadas com o período anterior a participação no Programa, quase dobrou, subindo para 82,47% (n=80), os níveis de insegurança alimentar moderada e grave passaram a ser inexistentes e o percentual de pessoas atingidas

pelo nível de insegurança alimentar leve, caiu de 46,39 (n=45) para 17,53% (n=17). LUZ (2014a), que também avaliou a segurança alimentar de produtores por meio do questionário EBIA, verificou que 54,2% dos agricultores estavam em situação de segurança alimentar, 32,7% se encontravam em insegurança alimentar leve, 13,1% em insegurança alimentar moderada e não encontrou ninguém em situação de insegurança alimentar grave.

Tabela 15 - Distribuição de frequências segundo aplicação do questionário EBIA referente ao período anterior à participação no PAA

EBIA – Antes do PAA	Frequência	%
Insegurança Alimentar Leve	45	46,39
Insegurança Alimentar Moderada	8	8,25
Insegurança Alimentar Grave	3	3,09
Segurança Alimentar	41	42,27
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 16 - Distribuição de frequências segundo aplicação do questionário EBIA referente ao período posterior a participação no PAA

EBIA – Depois do PAA	Frequência	%
Segurança Alimentar	80	82,47
Insegurança Alimentar Leve	17	17,53
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados tiveram que responder se após participarem do PAA, houve alguma mudança em seus hábitos alimentares, dessa forma, a tabela 17 mostra que 58,76% (n=57) deles afirmaram que isso não ocorreu, pois já tinham hábitos alimentares saudáveis antes de participar do PAA, já 41,24% (n=40) alegaram que ocorreram mudanças em seus hábitos alimentares, e desses, 50% (n=20) aumentaram o consumo de frutas e verduras e 30% (n=12) passaram a consumir mais frutas. A tabela 18, mostra que 86,60% (n=84) dos agricultores utilizam a renda que recebem do PAA para comprar alimentos. LUZ (2014b), mostrou resultados diferentes em seu trabalho, onde verificou-se que mesmo que os produtores tenham um amplo consumo de alimentos como feijão, leite, verduras e cereais, está ocorrendo uma expansão no consumo de alimentos ultra processados, que possuem elevadas quantidades de açúcar e sódio.

Tabela 17 - Distribuição de frequências segundo mudança de hábitos alimentares

Houve mudança nos hábitos alimentares	Frequência	%
Sim	40	41,24
Não	57	58,76
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18 - Distribuição de frequências segundo a utilização da renda do PAA para comprar alimentos

Utiliza a renda do PAA para comprar alimentos	Frequência	%
Sim	84	86,60
Não	13	13,40
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Com base na probabilidade de significância ($p = 1,000 > 0,05$), conforme a tabela 19, foi apurado que não existe associação entre: “Houve alguma mudança nos seus hábitos alimentares após a participação no programa” e “Utiliza a renda do PAA para comprar alimentos”.

Tabela 19 - Distribuição de Frequências segundo: Houve mudança nos hábitos alimentares após participar do PAA* Utiliza a renda do PAA para comprar alimentos

		Utiliza a renda do PAA para comprar alimentos			
			Não	Sim	Total
Houve alguma mudança nos seus hábitos alimentares após a participação no programa	Não	Frequência	8	49	57
		% do Total	8,2%	50,5%	58,8%
	Aumento no consumo de frutas	Frequência	2	10	12
		% do Total	2,1%	10,3%	12,4%
	Aumento no consumo de frutas e verduras	Frequência	3	17	20
		% do Total	3,1%	17,5%	20,6%
	Diminuíram a quantidade de doces que consumiam	Frequência	0	1	1
		% do Total	,0%	1,0%	1,0%
	Passou a consumir alimentos mais saudáveis	Frequência	0	4	4
		% do Total	,0%	4,1%	4,1%
	Aumentou a variedade de alimentos que comprava	Frequência	0	2	2
		% do Total	,0%	2,1%	2,1%
	Antes do PAA consumia muito produto industrial	Frequência	0	1	1
		% do Total	,0%	1,0%	1,0%
Total	Frequência	13	84	97	
	% do Total	13,4%	86,6%	100,0%	

Teste Exato de Fisher's: 2,114, valor-p: 1,000

Fonte: elaboração própria

Dentre os 97 agricultores entrevistados, 36,08% (n=35) são produtores orgânicos e 63,92% (n=62) são produtores convencionais (não produzem alimentos orgânicos), entre os produtores convencionais, 61,29% (n=38) afirmaram ter intenção de produzir alimentos orgânicos e 38,71% (n=24) afirmaram não ter essa intenção. Quando questionados a respeito do conhecimento da importância de produzir alimentos orgânicos, 89,69% (n=87) afirmam saber e 10,31% (n=10) afirmaram desconhecer essa importância.

A tabela 20, mostra que mais da metade dos agricultores entrevistado do município de Cariacica, 61,86 (n=60) não utilizam defensivos agrícola, esse número é bem próximo ao número dos produtores descritos no trabalho de Marioto (2013), que também fala sobre o uso de agrotóxico e mostra que no município de Euclides da Cunha Paulista, 70% (n=12) dos agricultores não utilizam agrotóxico e que no município de Paranavaí esse índice é de 64% (n=11).

Tabela 20 - Distribuição de frequências segundo o uso de defensivo agrícola

Uso de defensivo agrícola	Frequência	%
Sim	37	38,14
Não	60	61,86
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

Entre os 37 agricultores que fazem uso de defensivos agrícolas, o defensivo mais utilizado por eles, conforme a tabela 21, é o Roundup, que é usado por 75,68% (n=28) dos agricultores, alguns agricultores fazem uso de dois tipos de defensivos distintos e outros não sabem informar qual é o defensivo que utilizam. Do mesmo modo, LUZ (2014c), constatou que o Roundup é um dos defensivos mais utilizados pelos produtores, com o índice de 14,1% (n= 43) e que existe um grande número de agricultores que fazem uso de 2 a 5 gêneros de agrotóxicos.

Tabela 21 - Distribuição de frequências segundo o tipo de defensivo utilizado

(Continua)

Defensivo utilizado	Frequência	%
Decis	2	5,41
Decis e Impacto	1	2,70
Glifosato	1	2,70
Roundup	28	75,68
Roundup e Decis	1	2,70

Tabela 21 - Distribuição de frequências segundo o tipo de defensivo utilizado
(Conclusão)

Defensivo utilizado	Frequência	%
Roundup e Gramoxone	1	2,70
Não sabe informar	3	8,11
Total	37	100

Fonte: Elaboração própria

Ao perguntar aos entrevistados quem orientou o uso do defensivo agrícola que eles utilizam, 37,84% (n=14) afirmaram que passaram a utilizar defensivos agrícolas por conta própria, não tendo recebido orientações de ninguém, 32,43% (n=12) dos agricultores informaram que receberam orientações de técnicos de lojas que vendem defensivos agrícolas, 5,41% (n=2) disseram que receberam orientação de vendedores, para 8,11% (n=3) a orientação foi de agricultores, 5,41% (n=2) foram orientados pela família, apenas 5,41% (n=2) foram orientados por técnicos agrícolas e somente 2,70% (n=1) receberam orientação de agrônomo. Esses dados podem ser verificados na Tabela 22.

Tabela 22 - Distribuição de frequências segundo a orientação do uso defensivo agrícola

Orientação do uso de defensivo agrícola	Frequência	%
Agricultor	3	8,11
Agrônomo	1	2,70
Família	2	5,41
Própria	14	37,84
Técnico Agrícola	2	5,41
Técnico de Loja	12	32,43
Vendedor	2	5,41
Não sabe informar	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Elaboração própria

Dos 37 agricultores que afirmaram fazerem uso de defensivos agrícolas, apenas 29,73% (n=11) recebem suporte de um técnico para a utilização desse defensivo, a grande maioria dos entrevistados, 70,27% (n=26) não recebem esse suporte. Da mesma forma, LUZ (2014c), identificou em seu trabalho que 76,6% dos produtores não recebem suporte para a utilização de agrotóxico. Isso pode representar um fator de risco para a saúde do agricultor, devido a exposição à produtos toxicológicos sem

orientação. Entre os agricultores do PAA de Cariacica que recebem suporte técnico, 36,36% (n=4) recebem esse suporte de forma mensal, 9,09% (n=1) recebem toda vez que compram o produto, 18,18% (n=2) recebem de 3 em 3 meses, já para 27,27% (n=3) dos entrevistados esse suporte ocorre 2 vezes por ano e 9,09% (n=1) recebem suporte de uma a duas vezes por ano.

Nesse estudo foi identificado que 20,62% (n=20) dos agricultores possuem algum tipo de problema de saúde e que existem agricultores que possuem mais de um problema de saúde. Conforme a tabela 23, verifica-se que existe uma predominância no número de produtores hipertensos e esse índice foi de 75% (n=15). Dados encontrados por MENEGAT e FONTANA (2010), indicam também que uma das doenças prevalentes entre os agricultores entrevistados é a hipertensão arterial, que apresentou o índice de 27,3%.

Tabela 23 - Distribuição de frequências segundo problema de saúde apresentado pelo agricultor

Problema de Saúde	Frequência	%
Diabetes tipo 1	2	10,0
Diabetes tipo 2	5	25,0
Gastrite	1	5,0
Hipertensão	15	75
Hipertireoidismo	1	5,0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 24, pode ser visto que quando os agricultores foram questionados sobre o conhecimento acerca da importância da alimentação para a saúde, 87,63% (n=85) deles declararam conhecer essa importância.

Tabela 24 - Distribuição de frequências segundo o conhecimento da importância da alimentação para a saúde

Conhecimento da importância da alimentação para a saúde	Frequência	%
Sim	85	87,63
Não	12	12,37
Total	97	100

Fonte: Elaboração própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo foi identificado que o Programa de Aquisição de Alimentos do município de Cariacica realmente promoveu melhorias na qualidade de vida dos beneficiários fornecedores. O programa incentivou a diversificação da produção de alimentos, trouxe uma renda a mais para os agricultores, o que possibilitou a eles adquirirem alguns bens de consumo, constatou-se também que essa renda é utilizada para a compra de alimentos. O PAA contribui para mudanças nos hábitos alimentares dos produtores, sobretudo em relação ao aumento no consumo de frutas e verduras e isso possibilitou uma maior qualidade de vida a eles. Ocorreram mudança extremamente significativas em relação aos aspectos de Segurança Alimentar, pois após a participação dos beneficiários fornecedores no programa, o percentual do nível de Segurança Alimentar quase dobrou, passando de 42,27% para 82,47%, o nível de insegurança alimentar leve, foi reduzido de 46,39 % para 17,53%, já os níveis de insegurança alimentar moderada e grave que respectivamente apresentavam percentuais de 8,25% e 3,09%, passaram a ser inexistentes.

No entanto existem fatores que precisam ser trabalhados. Apesar de 89,69% dos agricultores terem afirmado conhecer a importância de produzir alimentos orgânicos, no momento de descrever qual seria essa importância, houve algumas pessoas que deram respostas vagas ou até mesmo não deram respostas apropriadas para a pergunta, por isso mesmo diante da importância em produzir alimentos orgânicos e do fato que é pago um valor maior a esse tipo de produto, não é grande o número de produtores orgânicos (somente 36,08%). Por isso seria importante se houvesse um incentivo para aumentar essa produção. Apesar da maioria dos produtores (87,63%), terem falado que sabem a importância da alimentação para a saúde, no momento de descrever essa importância, alguns não souberam falar ao certo. Isso mostra que seria essencial desenvolver ações direcionadas para o esclarecimento da importância dos alimentos para a saúde.

Dessa forma, é necessário a instituição de ações e realização de oficinas e palestras que sejam capazes de abranger os temas de saúde, agroecologia e produtos orgânicos. É interessante também que o programa ofereça algum tipo de capacitação relacionado ao planejamento financeiro, para o incentivo de uma melhor utilização da renda em prol do bem-estar da família. Como a maioria dos agricultores, 98,97% são

no mínimo alfabetizados, possuem noção de leitura e escrita, não haverá tantas barreiras para o desenvolvimento de alguma atividade com eles.

REFERÊNCIAS

ACÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. **Direito humano à Alimentação Adequada no Contexto da segurança Alimentar e Nutricional.**

Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf> acesso em: 11 mai. 2016

BECKER, C.; ANJOS, F. S. dos; BEZERRA, A. J. A. **O impacto do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural.** In: CONGRESSO SOBER (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRATIVA E SOCIOLOGIA RURAL), 48., 2010, Campo Grande. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/427.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94 – 110, 2012. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes/san/2012/XIX_2/docs/a-politica-brasileira-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-concepcao-e-resultados.pdf> Acesso em: 11 set. 2015.

BICHIR, R. **Os mecanismos de coordenação federal do programa bolsa família.** 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/28_6_2012_22_3_15.pdf> Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. IPEA. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Brasília: Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf> Acesso em: 01 out. 2015.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos. **Modalidade Compra com doação simultânea, operação por meio do termo de adesão.** Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf> Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **FOME ZERO: a experiência brasileira.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf> Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf> Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos 10 anos**: Conte até 10 e saiba o por que. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/CartilhaPAA10anos.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões**. Brasília, 2014c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/em-dez-anos-programa-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-investiu-r-53-bilh%C3%B5es>> Acesso em: 01 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS. Resultados**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/MDS_vol1_port.pdf> Acesso em: 02 out. 2015.

BRASIL. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/livroPAA10Anos.pdf> Acesso em: 04 out. 2015.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 851-860, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/20.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

CARIACICA. **História**. Cariacica, 2015a. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/turismo/conheca-cariacica/historia/>> Acesso em: 01 set. 2015.

CARIACICA. **Aquisição de Alimentos de Cariacica é referência para outros municípios**. Cariacica, 2015b. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/aquisicao-de-alimentos-de-cariacica-e-referencia-para-outros-municipios/>> Acesso em: 29 mar. 2016.

CARIACICA. **Resumo da execução do PAA em 2015**. Cariacica, 2015c. (Documento enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em fase de publicação).

CARIACICA. **Banco de Alimentos presta homenagem aos agricultores do PAA**. Cariacica, 2015d. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/banco-de-alimentos-presta-homenagem-aos-agricultores-do-paa/>> Acesso em: 10 mai. 2016.

CARIACICA. **PAA adquiriu e entregou 400 toneladas de alimentos em 2015.** Cariacica, 2015e. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/paa-adquiriu-e-entregou-440-toneladas-de-alimentos-em-2015/>> Acesso em: 10 mai. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.** 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>> Acesso em: 18 abr. 2016.

DEVES, O. D.; FILIPPI, E. E. **Segurança Alimentar e as experiências das políticas Agro-alimentares locais no fortalecimento da agricultura familiar.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4, 2008, Argentina. p. 1 – 19. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/deves-otavio-d-filippi-e-e-a-seguranca-alimentar-e-as-experiencias-das-politicas-agroalimentares-locais-para-o-fortalecimento-da-agricultura-familiar-in-alfater-2008-alimentacion-agricultura-familiar-y-territorio-iv-congreso-internacional-de-la-red-sial>> Acesso em: 06 nov. 2015.

DEVES, O. D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS.** 2009. 158 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18840/000729016.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 abr. 2016.

DIAS, E.C. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: PINHEIRO, T. M. M. (org.). **Saúde do trabalhador rural –RENAST.** Brasília: Ministério da Saúde; 2006. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/saude-trabalhador-rural.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2016.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Sociedade e desenvolvimento rural**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 107 – 138, 2005. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf> Acesso em: 15 set. 2015.

ESPÍRITO SANTO. CEASA - **Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S.A.** Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Governo/Secretarias/51/ceasa--centrais-de-abastecimento-do-espirito-santo-sa.htm>> Acesso em: 09 mai. 2016.

FRANÇA, A. B. de. **O Direito humano à alimentação Adequada no Brasil.** 2004. 260 f. Dissertação (Pós-Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4171/arquivo5071_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 set. 2015.

GOMES; R. N. et al. **Feira Agroecológica: uma alternativa para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar na cidade de Solânea – PB.** [s.l.],

2010. Disponível em: <<http://submissoes.ufca.edu.br/agro2010/FILES/p100.pdf>>
Acesso em: 21 out. 2015.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. São Paulo, 2005. Disponível em:
<http://www.fea.usp.br/feaecon/media/livros/file_459.pdf> Acesso em: 12 set. 2015.

HESPAHOL, R. A. MEDEIROS de. Programa De Aquisição De Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469 – 483, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>> Acesso em 14 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico**. Brasil, 2016. Disponível em: <
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320130&search=||info%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 03 set. 2015.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2011 – 2013**: Cariacica. Espírito Santo, 2011. Disponível em:
<http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Cariacica.pdf>
Acesso em: 02 set. 2015.

LUZ, V. G.; et al. Atendendo o primeiro objetivo: Mudança do uso da Terra e Segurança Alimentar e Nutricional em Agricultores familiares de Ibiúna/SP entre os anos 1996 e 2006. **(In)Segurança Alimentar e Nutricional em agricultores familiares e o uso da terra no Município de Ibiúna, SP**. 2014.182 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) apresentada à Pós-Graduação do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014a. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000923298&fd=y>> acesso em: 25 mai. 2016.

LUZ, V. G.; et al. Atendendo ao segundo objetivo: Segurança alimentar, Consumo e Perfil Nutricional de Agricultores Familiares do Cinturão Verde de São Paulo. **(In)Segurança Alimentar e Nutricional em agricultores familiares e o uso da terra no Município de Ibiúna, SP**. 2014. 182 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) apresentada à Pós-Graduação do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014b. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000923298&fd=y>> acesso em: 25 mai. 2016.

LUZ, V. G.; et al. Atendendo o Terceiro objetivo: (In)Segurança Alimentar e Nutricional e o uso de agrotóxicos - o caso dos agricultores familiares de Ibiúna/SP. **(In)Segurança Alimentar e Nutricional em agricultores familiares e o uso da terra no Município de Ibiúna, SP**. 2014. 182 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) apresentada à Pós-Graduação do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

2014c. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000923298&fd=y>> acesso em: 25 mai. 2016.

MACEDO, D. C.de; et al. A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Rev. Simbio-Logias**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 31 - 46, Maio/2009. Disponível em:<http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/A_Construcao_da_Politica_de_Seguranca.pdf> Acesso em: 05 mai. 2016.

MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial**: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista-SP e Paranavaí-PR. 2013. 183 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89829/marioto_a_me_prud.pdf?squence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 mai. 2016.

MATIAS; C. C. Implantação da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar no Município de Cariacica – ES. **Rev. Bras. De Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 4064 – 4066, nov. 2009. Disponível em: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/5064/3665>> Acesso em: 20 out. 2015.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM**, v. 7, p. 1-12, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22>> Acesso em: 25 mai. 2016.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno “Segurança alimentar e nutricional”**. Rio de Janeiro: Vozes; 2007. Disponível em: < http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf > Acesso em: 01 out. 2015.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial da Alimentação**. Rio de Janeiro, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.bvsde.ops-oms.org/texcom/nutricion/relatoriotecnico2.pdf>> Acesso em: 04 out. 2015.

MARTINS, S. P.; CAVALCANTI, L. I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado de Rio Grande do Norte. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-3-, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/27/24>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

MENEGAT, R. P.; FONTANA, R. T. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 52-59, 2010. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewArticle/7810>> Acesso em: 10 mai. 2016.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 mai. 2016.

MÜLLER, M.; **O direito social fundamental à alimentação adequada e sua proteção no contexto das organizações internacionais**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito em Proteção dos Direitos Fundamentais, Universidade de Itaúna, Itaúna, 2014. Disponível em: <<http://www.uit.br/mestrado/images/dissertacoes/2-2014/O%20DIREITO%20SOCIAL%20FUNDAMENTAL%20%20ALIMENTAO%20ADEQUADA-Marcela%20Muller.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

OLIVEIRA, N. R. F. de; et al. **A trajetória das políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil: análise do consumo de alimentos**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, administração e sociologia Rural – SOBER, 46., Rio Branco, 2008, p. 14. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/508.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: Um retrato multidimensional, RELATÓRIO 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf> Acesso em: 10 mai. 2016.

ROSSI, F. R.; SOUZA FILHO, H. M. de. **Os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários**. In: Encontro Nacional de engenharia de Produção, 32., Bento Gonçalves, out. 2012, p. 10. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2012_TN_STO_157_915_20642.pdf> Acesso em 14 set. 2015.

SANTOS, P. R. dos; et al. **ESTILO DE VIDA DO TRABALHADOR DA AGROINDÚSTRIA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE SAÚDE. FIEP Bulletin On-line**, v. 84, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/viewFile/4544/8888>> Acesso em: 25 mai. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na vida de beneficiários fornecedores”. Esse trabalho está sendo supervisionado pela Faculdade Católica Salesiana, sob a orientação da professora Paula Regina Lemos de Almeida campos.

OBJETIVO: Analisar os impactos que o Programa de Aquisição de Alimentos promove na vida de beneficiários fornecedores. Para isso serão aplicados dois questionários para analisar os aspectos socioeconômicos, caracterização social, nível de escolaridade, hábitos alimentares, nível de segurança alimentar e será verificar se o produtor participa de outros programas sociais do Governo.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS: Em qualquer etapa da pesquisa você poderá receber o esclarecimento sobre qualquer um dos procedimentos que serão utilizados na pesquisa ou na divulgação dos resultados. Em caso de dúvida você poderá entrar em contato com a aluna pesquisadora Amanda Bolonha José pelo telefone 99997-5094 ou com a Professora orientadora Paula Regina Lemos de Almeida campos pelo telefone 3331- 850. Fica ao seu critério decidir participar ou não desse trabalho. Você tem o direito de deixar de participar dessa pesquisa no momento em que achar que é conveniente.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS: Todos os dados e resultados que forem obtidos durante o desenvolvimento dessa pesquisa serão analisados e posteriormente serão usados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A identidade do participante voluntário será mantida em sigilo absoluto.

CUSTO E RESSARCIMENTO: Como participante voluntário, você não receberá qualquer auxílio financeiro e em nenhuma etapa dessa pesquisa haverá qualquer custo para você. Se você aceitar participar dessa pesquisa deverá assinar ao final desse documento, que apresenta duas vias de mesmo teor. Uma delas será arquivada com a pesquisadora e a outra será entregue a você.

Eu, _____,
portador da Carteira de identidade nº _____ expedida pelo Órgão _____, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa.

Assinatura Responsável pelo Estudo

Assinatura do Participante Voluntário

_____/_____/_____
Data

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS,
ECONÔMICOS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO BENEFICIÁRIO
FORNECEDOR DO PAA.**

NOME: _____ SEXO: () Feminino () Masculino IDADE: _____ ESTADO CIVIL: () Solteiro () União estável () Casado () Separado () divorciado ESCOLARIDADE: () Ens. Fundamental incompleto () Ens. Fundamental completo () Ens. Médio incompleto () Ens. Médio completo () Ens. Superior incompleto () Ensino superior completo NÚMERO DE FILHOS: () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais RENDA: () < que 1 sal. min. () 1 sal. min. () > que 1 sal min. () de 2 a 3 sal. Min () 3 a 4 sal min () > que 5 sal. min.
--

1 A - Produz algum produto orgânico? () sim () não

1 B - Para aqueles que responderam não: tem intenção de produzir algum alimento orgânico? () Sim () Não

2 A - Sabe a importância de produzir alimentos orgânicos? () sim () não

2 B - Para aqueles que responderam sim: Defina qual é a importância?

3 – Utiliza algum defensivo agrícola? () Sim () Não

Para aqueles que responderam sim:

A) Qual é o defensivo utilizado? _____

B) Quem orientou o uso desse defensivo? _____

C) Você recebe suporte de algum técnico para utilização desse defensivo?

() Sim () Não

D) Para aqueles que responderam sim: com que frequência você recebe esse suporte?

4 - Quantidade de pessoas no grupo familiar: _____

5 - Quantas pessoas do seu grupo familiar auxiliam na produção? _____

6 A- Quantos produtos são produzidos? _____

6 B - Quais são eles? _____

7 - De acordo com a pergunta acima, quais destes produtos são de consumo familiar?

8 - Houve alguma mudança nos seus hábitos alimentares após a participação no programa? Se houve, defina qual foi ela.

9 A- Houve aumento na renda familiar após a participação no PAA? () Sim
() Não

9 B - Para aqueles que responderam sim: de quanto foi o aumento?

() < que um Sal min. () de 1 sal. Min () 2 sal. Min () 3 sal min () > que 3 sal min () não sabe informar

10 A - Conseguiu adquirir algum bem com a participação no programa?

() sim () não

10 B -Para aqueles que responderam sim: Quais foram os bens?

() Aparelho celular () Computador () Motocicleta

() Moveis () Automóvel () Imóveis

() Eletrodomésticos () Terreno () Outros

() Equipamentos de trabalho

() Outros, quais? _____

11 A - Participa de outros programas do governo? () Sim () Não

11 B - Quais? () Bolsa família () PNAE () Programa Saúde da Família/SUS

12 - Os programas de auxílio à agricultura familiar como o PAA, contribuíram para manter a família na produção no campo? Dê a sua opinião.

13 A- A participação no programa contribuiu para promover o incentivo ao estudo? () Sim () Não

13 B -Para aqueles que responderam sim: qual foi o incentivo?

14 A - Já participou de algum curso de capacitação voltada para a área da agricultura oferecido pelo Governo? () Sim () Não

14 B - Para aqueles que responderam sim: qual foi o curso?

15 A - Possui algum problema de saúde? () Sim () Não

15 B - Para aqueles que responderam sim: Qual é o problema?

16 A- Conhece a importância da alimentação para a saúde? () sim () Não

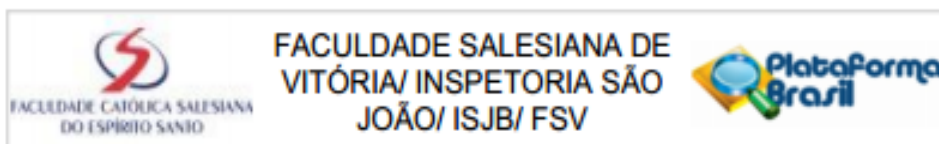
16 B - Para aqueles que responderam sim: Defina qual é a importância.

17- Utiliza a Renda do PAA para comprar alimentos? () Sim () Não.

18 – A participação no PAA influenciou no aumento da variedade de alimentos que você produz? () sim () Não.

ANEXOS

ANEXO A – APROVAÇÃO PELO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na vida de Beneficiários fornecedores

Pesquisador: PAULA REGINA LEMOS DE ALMEIDA CAMPOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51827915.0.0000.5068

Instituição Proponente: INSPETORIA SAO JOAO BOSCO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.426.668

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem apresentado.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão bem descritos e não geram dúvida; são também possíveis de serem atingidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto possibilitará a avaliação do programa em questão, sendo positivo para revisão e melhoria do referido programa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa importante e contributiva.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo com as normas éticas.

Recomendações:

Uma revisão do texto que apresenta alguns equívocos de digitação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências, apenas a revisão do português.

Endereço: Av. Vitória nº 950

Bairro: Forte São João

CEP: 29.017-950

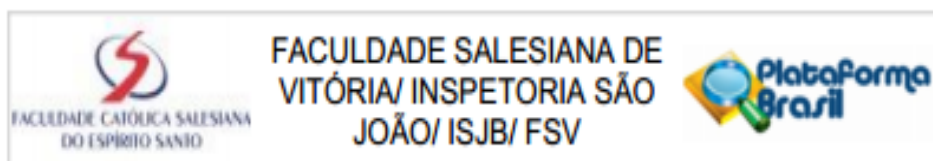
UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3331-8516

Fax: (27)3222-3829

E-mail: cep@salesiano.com.br



Continuação do Parecer: 1.426.668

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê acompanhou o voto do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_622606.pdf	29/11/2015 14:48:46		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/11/2015 14:41:03	PAULA REGINA LEMOS DE ALMEIDA CAMPOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC.pdf	29/11/2015 14:31:45	PAULA REGINA LEMOS DE ALMEIDA CAMPOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	29/11/2015 14:13:17	PAULA REGINA LEMOS DE ALMEIDA CAMPOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 26 de Fevereiro de 2016

Assinado por:

Fernanda Tonini Gobbi
(Coordenador)

Endereço: Av. Vitória nº 950

Bairro: Forte São João

CEP: 29.017-950

UF: ES Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3331-8516

Fax: (27)3222-3829

E-mail: cep@salesiano.com.br

ANEXO B - QUESTIONÁRIO DA ESCALA EBIA

ESCALA EBIA

- 1- Nos últimos três meses, os moradores do seu domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
- 2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores do seu domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? () Sim () Não
- 3 – Nos últimos três meses, os moradores do seu domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? () Sim () Não
- 4 - Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns alimentos que ainda tinha porque o dinheiro acabou? () Sim () Não
- 5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não

PERGUNTAS PARA AS FAMÍLIAS QUE POSSUEM MENORES DE 18 ANOS DE IDADE

- 9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
- 14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não

Tabela 1: pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
SA	0	0
IL	1-5.	1-3.
IM	6-9.	4-5.
IG	10-14.	6-8.

* SA: Segurança Alimentar; IL: Insegurança Alimentar Leve; IM: Insegurança Alimentar Moderada; IG: Insegurança Alimentar Grave.

ANEXO C – QUESTIONÁRIO DA ABEP



O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais". A divisão de mercado definida abaixo é de **classes econômicas**.

SISTEMA DE PONTOS

Posse de itens

	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Grau de Instrução do chefe de família

Analfabeto / Primário incompleto	Analfabeto / Até 3ª. Série Fundamental	0
Primário completo / Ginásial incompleto	Até 4ª. Série Fundamental	1
Ginásial completo / Colegial incompleto	Fundamental completo	2
Colegial completo / Superior incompleto	Médio completo	4
Superior completo	Superior completo	8

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

Classe	Pontos
A1	42 - 46
A2	35 - 41
B1	29 - 34
B2	23 - 28
C1	18 - 22
C2	14 - 17
D	8 - 13
E	0 - 7